

Caramuru Alimentos S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Caramuru Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Caramuru Alimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Caramuru Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Ativos e passivos tributários

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldo de impostos a recuperar, sendo o principal o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no montante de R\$668.374 mil em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, conforme comentado nas notas explicativas nº 1, 11, 13 e 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em esferas processuais e adota posições relacionadas a incentivos fiscais estaduais e federais. O registro do saldo de PIS e COFINS a recuperar e a determinação do valor da provisão para riscos tributários e suas respectivas divulgações e a utilização dos créditos relacionados a benefícios fiscais, dependem de julgamentos críticos da Administração. Além disso, e considerando a materialidade dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que impactam a determinação do prognóstico de realização dos impostos a recuperar e de eventuais perdas tributárias podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho e da implementação de controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração e registro dos impostos a recuperar e temas tributários.
- ii) O envolvimento de profissionais mais experientes e especialistas tributários na avaliação de opiniões de outros consultores jurídicos obtidas pela Administração da Companhia julgadas relevantes pelo time de auditoria.
- iii) Execução de procedimentos substantivos, em base amostral, sobre determinadas adições de créditos de PIS e COFINS ocorridas no exercício.
- iv) Confirmação junto aos consultores jurídicos contratados pela Companhia dos valores e prognósticos de perda dos processos tributários, incluindo eventuais posições fiscais para as quais ainda não há um processo em andamento e, quando aplicável, opiniões de outros consultores jurídicos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como avaliar os argumentos, as jurisprudências e/ou a estratégia de defesa adotada pelos consultores jurídicos da Companhia, assim como a compreensibilidade das divulgações incluídas nas notas explicativas de incertezas tributárias.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos aceitáveis as estimativas da Administração da Companhia relacionadas ao registro de PIS e COFINS a recuperar, as posições fiscais adotadas e as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2023

[Confidential: The signature is a sensitive information regarding one person of the company, which is by nature confidential]

[Confidential: The signature is a sensitive information regarding one person of the company, which is by nature confidential]

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	2.251.060	812.234	2.668.412	2.000.811	Empréstimos e financiamentos	11	2.291.086	1.918.537	2.294.478	1.918.537
Aplicações financeiras	4.b	1.515	6.001	1.515	6.001	Fornecedores	12.a	711.540	416.995	739.035	437.651
Contas a receber	5	317.848	347.016	582.068	461.329	Passivo de arrendamento	12.b	10.607	8.320	10.607	8.320
Estoques	6.a	1.175.298	1.020.725	1.344.822	1.043.561	Salários e encargos sociais		66.967	58.093	66.967	58.093
Adiantamentos a fornecedores	6.b	128.843	124.482	128.843	124.482	Impostos, taxas e contribuições a recolher		15.685	25.956	15.685	25.956
Impostos e contribuições a recuperar	7	138.456	161.366	138.456	161.366	Contas a pagar a partes relacionadas	20.a	-	851	-	851
Contas a receber com partes relacionadas	20.a	628.239	929.157	4.300	294	Ajustes de contratos futuros	21.b	1.653.811	1.040.212	1.653.811	1.050.419
Depósito caução e ajustes de contratos futuros	21.b	1.492.626	1.017.437	1.521.451	1.017.437	Contratos de "forward" e "swap" a pagar	21.d	29.116	33.612	29.116	33.612
Contratos de "forward" e "swap" a receber	21.d	67.132	27.289	67.132	27.289	Adiantamento de clientes		12.269	14.900	14.320	17.946
Despesas antecipadas e outras contas a receber		108.927	59.704	112.330	59.706	Outras contas a pagar		45.418	46.531	45.467	46.535
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		6.309.944	4.505.411	6.569.329	4.902.276	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4.836.499	3.564.007	4.869.486	3.597.920
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras de longo prazo	4.b	2.738	2.528	2.738	2.528	Empréstimos e financiamentos	11	1.688.250	1.164.291	1.896.958	1.387.510
Impostos e contribuições a recuperar	7	650.190	450.099	650.190	450.099	Fornecedores	12.a	2.240	1.875	2.240	1.875
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.b	136.253	146.064	136.253	146.064	Passivo de arrendamento	12.b	46.989	27.734	46.989	27.734
Contas a receber	5	3.000	-	3.000	-	Provisão para riscos	13	370	7.881	370	7.881
Contas a receber com partes relacionadas	20.a	54.349	56.627	-	-	Mútuos com partes relacionadas	20.a	208.708	-	-	-
Depósitos judiciais		16.914	15.273	16.914	15.273	Benefício pós-emprego	26	5.928	5.282	5.928	5.282
Adiantamento a fornecedores	6.b	3.706	7.064	3.706	7.064	Outras contas a pagar		7.413	7.258	7.413	7.258
Outras contas a receber		-	4	3.425	3.666	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.959.898	1.214.321	1.959.898	1.437.540
Outros investimentos	9	470	470	470	470	TOTAL DO PASSIVO		6.796.397	4.778.328	6.829.384	5.035.460
Investimentos em controladas em conjunto	9	86.914	69.689	86.914	69.689	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos em controladas	9	175.474	86.768	-	-	Capital social	14	1.362.038	862.726	1.362.038	862.726
Imobilizado	10.a	1.111.681	913.205	1.111.681	913.205	Reserva de lucros	14	399.997	594.532	399.997	594.532
Intangível	10.b	10.208	4.429	10.208	4.429	Ajuste de avaliação patrimonial	14	56.004	57.485	56.004	57.485
Direito de uso	10.c	52.595	35.440	52.595	35.440						
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.304.492	1.787.660	2.078.094	1.647.927	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.818.039	1.514.743	1.818.039	1.514.743
TOTAL DO ATIVO		8.614.436	6.293.071	8.647.423	6.550.203	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.614.436	6.293.071	8.647.423	6.550.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações apresentado em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	8.712.125	7.372.021	8.626.376	7.592.251
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS VENDIDOS	16	(8.011.933)	(6.514.014)	(7.783.952)	(6.552.552)
LUCRO BRUTO		700.192	858.007	842.424	1.039.699
Receitas (despesas) operacionais:					
Comerciais	16	(158.615)	(168.075)	(194.676)	(185.537)
Gerais e administrativas	16	(201.181)	(223.578)	(204.484)	(231.374)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e adiantamentos	16	(350)	887	(350)	887
Resultado de equivalência patrimonial	9	112.464	162.637	23.758	5.668
Outras receitas (despesas)	18	(16.723)	(19.847)	(13.531)	(10.621)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		435.787	610.031	453.141	618.722
Receita financeira	19	1.410.388	852.236	1.426.591	869.769
Despesa financeira	19	(1.462.532)	(1.092.388)	(1.496.089)	(1.118.612)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(52.144)	(240.152)	(69.498)	(248.843)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		383.643	369.879	383.643	369.879
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	8.a	(24.858)	(18.859)	(24.858)	(18.859)
Diferido	8.a	(10.041)	2.847	(10.041)	2.847
		(34.899)	(16.012)	(34.899)	(16.012)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		348.744	353.867	348.744	353.867
Lucro básico e diluído por ação - ON (média ponderada)	22	14,27	14,48		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	348.744	353.867	348.744	353.867
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos - pós emprego	(676)	664	(676)	664
Imposto de renda e contribuição social relativos a itens que não serão reclassificados consequentemente	230	(226)	230	(226)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	348.298	354.305	348.298	354.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial				Lucros acumulados	Total	
		Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Total de reservas patrimoniais	Custo atribuído ao ativo imobilizado		Plano de benefício pós emprego ganhos (perdas) atuariais	Total de ajuste de avaliação patrimonial			
						Própria	De controladas					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		862.726	39.863	201.617	40.355	281.839	58.686	2.110	76	60.872	-	1.205.437
Aumento de capital com reserva		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	14.4	-	(2.697)	-	-	(2.697)	-	-	-	-	2.697	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	14.4	-	-	-	-	-	(3.232)	(594)	-	(3.826)	3.826	-
Ganhos atuariais com plano de benefício pós-emprego	14.5	-	-	-	-	-	-	-	439	439	-	439
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	353.867	353.867
Destinações:												
Constituição de reserva legal	14.2	-	-	-	17.693	17.693	-	-	-	-	(17.693)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	297.697	-	297.697	-	-	-	-	(297.697)	-
Juros sobre capital próprio	14.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		862.726	37.166	499.314	58.048	594.532	55.454	1.516	515	57.485	-	1.514.743
Aumento de capital com reserva	14.1	499.314	-	(499.314)	-	(499.314)	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	14.4	-	(1.259)	-	-	(1.259)	-	-	-	-	1.259	-
Realização do custo atribuído ao imobilizado	14.4	-	-	-	-	-	(761)	(274)	-	(1.035)	1.035	-
Ganhos(perdas) atuariais com plano de benefício pós-emprego	14.5	-	-	-	-	-	-	-	(446)	(446)	-	(446)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	348.744	348.744
Destinações:												
Constituição de reserva legal	14.2	-	-	-	17.437	17.437	-	-	-	-	(17.437)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	288.601	-	288.601	-	-	-	-	(288.601)	-
Juros sobre capital próprio	14.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.000)	(45.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.362.038	35.907	288.601	75.485	399.997	54.693	1.242	69	56.004	-	1.818.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		348.744	353.867	348.744	353.867
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	68.404	64.806	68.404	64.806
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial empréstimos e financiamentos		294.662	274.546	293.590	274.546
Variação monetária e cambial de adiantamento a produtores		(12.523)	(6.994)	(12.523)	(6.994)
Variação monetária de impostos a recuperar		(1.394)	5.341	(1.394)	5.341
Variação cambial de contas a receber		20.976	(8.455)	20.976	(8.455)
Variação cambial de partes relacionadas		17.463	(45.260)	-	-
Variação cambial de depósito caução e outras contas a receber e a pagar		16.557	5.563	16.557	5.563
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8.a	10.041	(2.847)	10.041	(2.847)
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	13	(5.288)	6.356	(5.288)	6.356
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas em adiantamentos a produtores	16	350	(887)	350	(887)
Provisão (reversão) para possível não realização de créditos tributários	18	-	34.012	-	34.012
Reconhecimento créditos tributários PIS/COFINS s/exclusão BC ICMS	18	(579)	(48.547)	(579)	(48.547)
Crédito presumido de IPI (PIS/COFINS s/exportações) extemporâneo	18	(25.841)	-	(25.841)	-
Reconhecimento parcial crédito PIS/COFINS extemporâneo	18	(8.400)	-	(8.400)	-
Processo Judicial (INSS - RAT e Trceiros) direito exclusão atestado médico		(2.057)	-	(2.057)	-
Provisão de outros créditos a receber-CONAB	18	-	13.026	-	13.026
Provisão para plano de benefício pós emprego		(30)	643	(30)	643
Provisão (reversão) para ganho/perda de estoque	6.a	(4.353)	(9.027)	(4.353)	(9.027)
Ajuste de estoque a valor de mercado		104.083	24.506	104.083	24.506
Complemento (reversão) de provisão para ganho/perda valor justo contratos futuros a realizar		94.930	263.178	94.930	263.178
Custo da baixa do ativo imobilizado		8.254	14.981	8.254	14.981
Resultado de equivalência patrimonial	9	(112.464)	(162.637)	(23.758)	(5.668)
Complemento (reversão) de provisão referente a transações de "swap" e "forward"		(44.338)	34.534	(44.338)	34.534
Ajuste a valor presente do FOMENTAR, CEI e PRODUIR	11	(110.794)	(87.179)	(110.794)	(87.179)
Reversão de ajuste a valor presente FOMENTAR, CEI e PRODUIR	11	33.175	109.697	33.175	109.697
Deságio obtido em leilão para liquidação do FOMENTAR, CEI e PRODUIR	11	(35.526)	(119.346)	(35.526)	(119.346)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		3.382	(77.208)	(146.524)	(137.787)
Estoques		(239.982)	(367.695)	(385.461)	(260.474)
Adiantamentos a fornecedores		(1.342)	(35.698)	(2.583)	(35.698)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos		(138.909)	(74.615)	(138.909)	(74.615)
Contas a receber com partes relacionadas		296.227	(645.464)	153	(50)
Recebimento de dividendos de partes relacionadas		4.329	3.852	4.329	3.852
Outros ativos		(553.213)	(236.211)	(585.169)	(239.843)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		275.164	109.166	278.958	71.151
Salários e encargos sociais		6.016	9.998	6.016	9.998
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(10.850)	20.499	(10.850)	20.499
Outros passivos		545.353	442.161	537.240	24.382
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		840.227	(137.338)	281.423	297.521
Juros pagos	11	(267.316)	(123.347)	(277.364)	(123.347)
Juros pagos - partes relacionadas		-	(30.688)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		572.911	(291.373)	4.059	174.174
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao ativo imobilizado		(262.269)	(70.917)	(262.269)	(70.917)
Aplicações financeiras		4.276	(5.479)	4.276	(5.479)
Investimento em controlada em conjunto	9	2.204	(4.927)	2.204	(4.927)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(255.789)	(81.323)	(255.789)	(81.323)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos - captações	11	3.733.471	2.921.428	3.733.471	3.144.648
Empréstimos e financiamentos - pagamentos	11	(2.760.141)	(2.041.459)	(2.760.141)	(2.041.459)
Empréstimos partes relacionadas - captações		202.373	-	-	-
Empréstimos partes relacionadas - pagamentos		-	(202.587)	-	-
Arrendamentos - pagamentos	12.b	(9.064)	(8.121)	(9.064)	(8.121)
Juros sobre o capital próprio	14.6	(45.000)	(45.000)	(45.000)	(45.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		1.121.639	624.261	919.266	1.050.068
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.438.761	251.565	667.536	1.142.919
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		812.234	561.351	2.000.811	858.574
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa		65	(682)	65	(682)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - NO FIM DO EXERCÍCIO	4.a	2.251.060	812.234	2.668.412	2.000.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITAS		9.208.432	7.694.591	9.122.683	7.914.820
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		8.850.750	7.566.154	8.765.001	7.786.383
Outras receitas		59.962	44.520	59.962	44.520
Receitas relativas à construção de ativos próprios		298.070	83.030	298.070	83.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(350)	887	(350)	887
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		8.926.916	7.331.648	8.734.707	7.385.795
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		8.448.282	6.130.648	8.220.301	6.169.186
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		586.734	987.028	622.506	1.002.637
Ajuste a valor de mercado dos estoques, CBOT, contratos futuros e fornecedores		(108.100)	213.972	(108.100)	213.972
VALOR ADICIONADO BRUTO		281.516	362.943	387.976	529.025
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		68.404	64.806	68.404	64.806
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		213.112	298.137	319.572	464.219
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		1.558.388	1.507.662	1.485.885	1.368.226
Resultado de equivalência patrimonial	9	112.464	162.637	23.758	5.668
Receitas financeiras	19	1.410.388	852.236	1.426.591	869.769
Outras		35.536	492.789	35.536	492.789
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.771.500	1.805.799	1.805.457	1.832.445
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.771.500	1.805.799	1.805.457	1.832.445
Pessoal		284.734	258.170	284.734	258.170
Remuneração direta		221.587	201.170	221.587	201.170
Benefícios		50.496	46.905	50.496	46.905
FGTS		12.651	10.095	12.651	10.095
Impostos, taxas e contribuições		(330.235)	96.637	(330.235)	96.637
Federais		(306.975)	56.418	(306.975)	56.418
Estaduais		(26.198)	38.819	(26.198)	38.819
Municipais		2.938	1.400	2.938	1.400
Remuneração de capitais de terceiros		1.468.257	1.097.125	1.502.214	1.123.771
Juros		1.462.532	1.092.388	1.496.089	1.118.612
Aluguéis		5.725	4.737	6.125	5.159
Remuneração de capitais próprios		348.744	353.867	348.744	353.867
Juros sobre o capital próprio	14.6	45.000	45.000	45.000	45.000
Lucros retidos		303.744	308.867	303.744	308.867
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.771.500	1.805.799	1.805.457	1.832.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CARAMURU ALIMENTOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- Atividade preponderante

A Caramuru Alimentos S.A. (“Companhia” ou “controladora”), sediada na Via Expressa Júlio Borges de Souza nº 4240, cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, constituída na forma de Companhia anônima de capital fechado, e principal empresa operacional do Grupo Caramuru tendo como objeto social: (i) a participação em outras Companhias; (ii) o esmagamento de soja, milho, girassol e canola para extração de óleo bruto, biodiesel refinado e outros derivados; (iii) a industrialização de milho “in natura” e derivados de milho (farinha, fubá, canjica, óleo, “pellets”, etc.); (iv) a exportação de soja e milho em grãos e seus derivados; (v) a comercialização de produtos importados, tais como milho de pipoca e azeite de oliva, entre outros; (vi) a prestação de serviços de operação portuária, transporte e armazenagem de grãos e operação de transporte multimodal; e, (vii) produção, comercialização e transmissão de energia por conta própria ou de terceiros.

Em 15 de setembro de 2021, a Companhia obteve o registro na Categoria A da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), sem negociar suas ações na “B3”.

- Participação em outras Companhias

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia controlava integralmente ou em conjunto e/ou participa em outras Companhias, cujos contextos operacionais são resumidos a seguir:

Controlada

Intergrain Company Ltd. – 100% (desde fevereiro de 2002): sediada na cidade de Nassau, nas Bahamas, tem como objetivo principal a importação e exportação de soja, milho em grão e seus derivados.

Controlada em conjunto

Terminal XXXIX de Santos S.A. – 50% (desde julho de 2002): sediada na cidade de Santos, estado de São Paulo, tem como objeto social a exploração e operação de instalações portuárias em geral, atuando exclusivamente na exploração comercial de um terminal na área onde se localiza o Armazém XXXIX do Porto de Santos, para a movimentação de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias afins.

Terminal São Simão S.A. (“TSS”) (desde agosto de 2020 - 49%): sediada na cidade de São Simão, estado de Goiás, tem como objeto social a exploração de prestação de serviços de transbordo de cargas em vagões e/ou caminhões, movimentação, limpeza e conferência de vagões, atuando exclusivamente na exploração comercial de um terminal próximo a área onde se localiza a unidade da filial da Caramuru Alimentos S.A. de São Simão-GO, para a movimentação de produtos agrícolas a granel e de outras mercadorias afins. O referido terminal entrou em operação no primeiro semestre de 2021.

Participação em outras empresas

Cebragel - Companhia de Armazéns Cerrado do Brasil – 23,72% (desde outubro de 1993): sediada em Vitória, estado do Espírito Santo, tem por objeto social a operação de silo graneleiro no Porto de Tubarão, localizado no estado do Espírito Santo.

Os percentuais de participação nas Companhias estão divulgados na nota explicativa nº 9.

- Incentivos fiscais

As operações da Companhia estão distribuídas em estabelecimentos situados em cidades localizadas nos estados de Goiás, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Como parte representativa das operações da Companhia está localizada no estado de Goiás, esta é beneficiária de incentivos fiscais promovidos pelo estado, que possuem as seguintes características:

- Programa de Incentivos Fiscais à Industrialização no Estado de Goiás - FOMENTAR: por meio desse incentivo fiscal (Lei Estadual nº 11.180, de 19 de abril de 1990), a Companhia financia, mensalmente, o equivalente a 70% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS devido (“montante financiado”), para pagamento em parcelas equivalentes à quantidade de meses em aberto dos impostos apurados, após a carência de 20 anos, contados a partir da data de apuração do ICMS devido, sem atualização monetária, com juros de 2,4% ao ano, pagos mensalmente a partir do mês subsequente ao da obtenção do financiamento. Como parte do programa, a Companhia efetua um depósito em garantia através de DARE-Documento de Arrecadação Estadual para a SEFAZ-Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás (vinculação legal), denominado Bolsa Garantia, correspondente a 10% do montante financiado, em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, não atualizado monetariamente. O montante depositado na Bolsa Garantia somente pode ser utilizado para liquidação do saldo devedor do financiamento, na data do vencimento do montante financiado, ou em leilões realizados pelo Estado de Goiás, que oferecem desconto médio de até 89% para liquidação antecipada do financiamento. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 11.

O prazo de utilização do incentivo fiscal do programa FOMENTAR foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2032, conforme previsto na Lei Estadual nº 20.367/18.

- Crédito Especial para Investimento (CEI): por meio desse incentivo fiscal (Lei Estadual nº 14.307, de 12 de novembro de 2002, do Estado de Goiás), a Companhia deposita, mensalmente, em conta específica em nome da Caramuru Alimentos S.A., exclusivamente para receber esses depósitos, o equivalente a 70% do montante de ICMS efetivamente pago, ou seja, líquido do incentivo do programa FOMENTAR mencionado anteriormente e, portanto, correspondente a 21% do montante apurado de ICMS no mês. Este montante pode ser resgatado pela Companhia em até cinco anos (“período de fruição”) a partir da data de início da vigência do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE, mediante a comprovação de investimentos realizados no Estado. O CEI obtido pela Companhia tem até 60 meses de fruição, a partir do mês de maio de 2013, conforme TARE nº 072/13-GSF, sem a incidência de juros. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos de depósito CEI ainda não utilizados e o montante utilizado (consequentemente, a pagar ao Estado) encontram-se registrados, respectivamente, nas rubricas “Outras contas a receber” e “Empréstimos e financiamentos”. A Companhia ainda tem a opção de liquidar antecipadamente, a seu juízo e a qualquer tempo, o CEI com um deságio de aproximadamente 80%. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras.

- PRODUZIR: Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás: incentivo fiscal criado pela Lei Estadual nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000. A Companhia obteve a aprovação do seu projeto de implantação no programa PRODUZIR para sua unidade industrial de produção de biodiesel, localizada em Ipameri, Estado de Goiás, conforme Resolução nº 1.509/09-CE/PRODUZIR, de 8 de dezembro de 2009, da Comissão Executiva do Conselho Deliberativo do Programa PRODUZIR. O incentivo fiscal consiste no financiamento mensal do equivalente a 73% do ICMS devido (saldo devedor apurado). O prazo de fruição do benefício, iniciado no mês de outubro de 2010 que se encerraria em 2020, foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2032, conforme previsto na Lei Estadual nº 20.367/18. Sobre o saldo financiado incidem juros de 0,2% ao mês, sem atualização monetária. O pagamento do saldo devedor é efetuado anual e parceladamente, conforme dispuser decisão da Comissão Executiva do Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás, a partir do final do segundo ano de fruição do benefício e sempre englobando os débitos dos 12 meses anteriores à data do início do pagamento. Conforme disposto no Decreto nº 5.265/2000, o referido saldo devedor poderá ser reduzido em até 100%, conforme os fatores de descontos nas condições especificadas. Como parte do programa, a Companhia efetua um depósito de 10% sobre o montante financiado a título de quitação antecipada através de DARE-Documento de Arrecadação Estadual para a SEFAZ-Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás, que também tem como finalidade a prestação de garantia. O saldo a pagar refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras.
- Crédito Outorgado de ICMS: a Companhia possui o benefício fiscal denominado “Crédito Outorgado de ICMS”, conforme disposto na Lei nº 14.543, de 30 de setembro de 2003 e Lei nº 19.930 de 29 de dezembro de 2017 e no Decreto nº 8517/2015, e por meio do TARE nº 1178/2003. O referido benefício garantiu um crédito de ICMS correspondente às operações de industrialização de soja e seus derivados, calculado em até 6% sobre o valor da soja em grãos adquirida e esmagada no Estado de Goiás e a partir de 29 de dezembro de 2017, o equivalente a 5% sobre o valor dos produtos agrícolas adquirido e esmagado no Estado de Goiás. O benefício recebido é registrado no resultado, na rubrica “Impostos sobre vendas”, na receita operacional líquida, como contrapartida do ICMS a recuperar no ativo circulante. Esse benefício enquadra-se entre aqueles cujo prazo de fruição é indeterminado.
- Programa de Desenvolvimento Comercial e Industrial de Mato Grosso PRODEIC: incentivo fiscal criado pela Lei Estadual Nº 7.958, de 25 de setembro de 2003, regulamentada pelo Decreto Nº 1.432, de 29 de setembro de 2003. A companhia obteve a aprovação no Programa de Desenvolvimento Comercial e Industrial - PRODEIC conforme comunicado Nº 76/2011 - PRODEIC de 30 de novembro de 2011, aprovado pelo CEDEM-Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial. O incentivo fiscal consiste em redução na base de cálculo nas operações internas e crédito outorgado nas operações interestaduais para os produtos de fabricação da Companhia e inclusos no programa, diferimento do ICMS para aquisição de matérias-primas e ativo imobilizado necessário a concessão do módulo industrial mesmo que importados, desde que não haja similar produzidas no estado. O prazo de fruição do benefício iniciou-se em 1º de dezembro de 2011 sendo concedido para os próximos 10 anos e através da Lei Complementar Estadual nº 631/19, os benefícios foram convalidados passando a vigorar a partir de 1º de janeiro 2020 até a vigência final em 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido na Lei Complementar 160/17 e no Convênio ICMS 190/17. Em contrapartida a Companhia se compromete ao pagamento em média de 17% do benefício gerado para os fundos estaduais sendo: FUNDEIC (em 2018 e 2019 4% e 2020 6%), FUNDED (em 2018, 2019 e 2020 1%), FUNDESTEC (em 2018 e 2019 2% e extinto em 2020) e FEEF (em 2018, 2019 e 2020 10%) sobre o total de ICMS exonerado de acordo com o respectivo produto.

Não houve modificação quanto aos programas de incentivos fiscais que a Companhia participa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Riscos de liquidez e de mercado

A Companhia mantém um monitoramento do risco de liquidez por meio da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, não existem renegociações relevantes sobre os recebíveis e a inadimplência encontra-se com percentuais semelhantes ao exercício de 2021.

A Companhia não promoveu nenhuma prorrogação de pagamentos aos fornecedores e vem cumprindo integralmente seus compromissos financeiros, legais e tributários nos referidos anos.

Alguns empréstimos possuem cláusulas de “covenants” financeiros, os quais são mensurados anualmente, bem como a Administração está em constante monitoramento das mesmas, bem como das cláusulas não-financeiras, as quais foram cumpridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

A exposição em moeda estrangeira está integralmente protegida por instrumentos financeiros derivativos, conforme nota explicativa nº 21.

O cenário de negócios no ano de 2022 comparado ao ano anterior (2021) indicou um aumento de 13,62%, no faturamento líquido, principalmente observado conjuntamente nos segmentos de “commodities” diferenciadas, “commodities” e biocombustíveis.

Acompanhamento das estimativas contábeis subsequentemente a data da emissão desse relatório

A Companhia considerou em suas revisões de estimativas potenciais aumentos nas provisões de perdas com recebíveis e perdas com estoques que pudessem se tornar obsoletos e não identificou a necessidade de reforço de provisões existem em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os preços dos contratos com clientes foram mantidos e não houve negociações que poderiam indicar margens negativas, assim, não são previstas perdas futuras nos próximos meses por contratos onerosos.

Risco de perdas de redução ao valor recuperável

A Companhia analisou, se existia algum indicativo de desvalorização dos seus ativos tangíveis e intangíveis e não foi identificado indicativos de necessidade de constituição de provisão para perdas dos ativos de longo prazo.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em relação à realização de créditos de impostos diferidos, a Companhia não espera nenhum impacto, considerando suas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado na nota explicativa 8b.

- Possíveis impactos relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, por questões político-econômicas, a Rússia invadiu o território ucraniano e iniciou um confronto armado contra esta nação. A partir deste momento, os Governantes, empresários e toda população mundial passou a acompanhar o desenvolvimento deste conflito e, avaliar eventuais impactos econômicos desencadeados por estes países. Adicionalmente, dada a atividade da Companhia, a Administração tem acompanhado de perto a evolução deste, tendo em vista que a Rússia é um dos maiores exportadores de fertilizantes ao Brasil. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia avaliou e, entende que não há impactos significativos em sua cadeia de suprimentos, tendo em vista que a Companhia não faz "barter" de fertilizantes com produtores rurais e a volatilidade que a guerra trouxe para as cotações da commodities (incluindo soja), não afetou as operações da Companhia, haja vista os instrumentos financeiros contratados como forma de proteção para estas operações. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.
- Ativo imobilizado reavaliado ao valor justo em períodos anteriores.
- Estoques de commodities avaliados a valor justo.
- A Administração definiu os segmentos operacionais com base na tomada de decisões estratégicas de seus principais executivos sobre os negócios, vide nota explicativa nº 17.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de sua controlada, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício, quando aplicável. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e do empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e do empreendimento controlado em conjunto são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem sua participação em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto ("joint venture").

As coligadas são as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso deste método.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e as conversões são efetuadas de acordo com os critérios a seguir descritos:

a) Transações e saldos

As transações de itens não-monetários em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data da transação ou pela taxa histórica e os itens monetários pela taxa fim. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira no encerramento das demonstrações financeiras são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, em resultado financeiro.

b) Demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company Ltd.

As demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company Ltd., sediada nas Bahamas, foram preparadas, ou ajustadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela controladora, na moeda funcional da controlada que é o real.

2.6. Estoques

Substancialmente formados por matérias-primas, produtos acabados e produtos auxiliares e avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, o qual não excede o valor de mercado, exceto os estoques de “commodities” que estão demonstrados pelo seu valor justo menos as despesas estimadas para realizar a venda. A Companhia valoriza seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada.

Os adiantamentos a fornecedores são registrados ao custo e acrescidos, quando aplicável, dos encargos acordados contratualmente.

Para ajustar o valor realizável dos estoques, são constituídas provisões para perdas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, quando o custo contábil está superior ao valor realizável.

2.7. Imobilizado e Intangível

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido dos encargos financeiros correspondentes aos empréstimos para construção de ativo qualificável e reavaliações registradas em 1997, 2002 e 2006, e reduzido ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário.

O imobilizado é registrado pelos custos das imobilizações em andamento e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos CPC 27 (IAS 16), descrita na nota explicativa nº 10, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de terrenos e edificações, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As baixas, quando existentes, são registradas na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável dos ativos de longa maturação

A Administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias internas e externas. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto que reflete as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos dos passivos e as expectativas do ativo em suas datas originais.

A Companhia efetua o cálculo do valor presente principalmente sobre os saldos de incentivos fiscais representados pelo FOMENTAR, CEI, PRODUZIR e Bolsa Garantia. Os efeitos desse cálculo e das respectivas reversões são registrados no resultado do exercício, na mesma conta que originou o ajuste a valor presente.

Para as demais contas, os efeitos do ajuste a valor presente não são relevantes.

2.10. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.10.1. Impostos correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras.

2.10.2. Impostos diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

2.11. Benefícios a empregados

A Companhia possui plano de benefício a empregados incluindo plano de previdência privada, assistências médica e odontológica e participação nos lucros. As características dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontram-se descritas na nota explicativa nº 26.

Com relação ao benefício pós-emprego mencionado na nota explicativa nº 26, o cálculo atuarial para a determinação do passivo relativo ao benefício é realizado com base no método do crédito unitário projetado com base em avaliação atuarial realizada anualmente no final de cada exercício. A política adotada pela Companhia para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais prevê a contabilização na rubrica “Outros resultados abrangentes” em subconta do patrimônio líquido. A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos.

2.12. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

2.13. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental da Companhia.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.14. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização, de acordo com o CPC 20 (R1).

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14.1. Securitização de recebíveis

Por meio de sua controlada, Intergrain Company Ltd., a Companhia realiza operação de securitização de recebíveis, a qual consiste em uma transação financeira na qual a empresa originadora ("Intergrain Company Ltd.") dos títulos de recebíveis, transfere seus direitos creditórios para outra empresa, esta denominada de securitizadora. A empresa securitizadora adquirirá os títulos de recebíveis da originadora e, tendo-os por lastro, emitirá títulos e valores mobiliários, que serão ofertados publicamente, privados ("Private Placement") ou através de empréstimos no mercado de capitais. Com os recursos obtidos por meio dessa oferta pública de títulos e valores mobiliários, a securitizadora pagará a originadora pelos créditos a ela cedidos.

A Companhia faz o desreconhecimento do ativo financeiro (títulos de recebíveis) à luz do CPC 48 / IFRS 9 e, portanto, só o faz quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, momento este marcado pela transferência do fluxo de caixa pelo devedor a securitizadora, uma vez que o risco e benefício do ativo financeiro é mantido contratualmente pela Companhia.

2.15. Subvenção governamental

Representada substancialmente pelo deságio obtido nas liquidações antecipadas do FOMENTAR, do CEI e do PRODUIR e benefícios diretos dos Créditos Outorgados - GO e PRODEIC - MT, o qual é lançado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", considerando que o benefício está diretamente relacionado ao ICMS sobre vendas.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

A Companhia destina o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica "Reserva para incentivos fiscais", a transferência para a conta de "Reservas para incentivos fiscais" ocorrerá nos exercícios subsequentes.

2.16. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração realizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos e estimativas relevantes

Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

Provisão para realização e obsolescência dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. A provisão para obsolescência é constituída com base na análise individual da idade dos itens em estoque e a probabilidade de seu uso futuro.

Provisão para perdas estimadas com instrumentos financeiros

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e de ajustes a valor justo e leva em consideração uma expectativa de inadimplência que pode ser ou não confirmada.

Provisão para riscos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.17. Lucro básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação.

2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

2.19. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Companhia durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20. CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes

A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reduzida pelas devoluções de clientes, estornos e outros abatimentos semelhantes.

A receita da venda de mercadorias é reconhecida quando todas as condições a seguir são atendidas:

- A Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade das mercadorias.
- A Sociedade não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as mercadorias vendidas.
- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado.
- For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Sociedade.

- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados.

A receita proveniente da venda de mercadorias é reconhecida quando as mercadorias são entregues e a titularidade/ controle é transferida. Os fretes sobre vendas são registrados como custo do produto vendido.

O pronunciamento técnico traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio do controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.21. CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurados pelo seu valor justo, o qual é correspondente ao valor da transação. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos a valor justo.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial os ativos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação inicial dos ativos financeiros não é alterada a não ser que ocorram mudanças no modelo de negócio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia apresentava somente ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos) e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (demais ativos financeiros).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos) ou mensurados ao custo amortizado (demais passivos financeiros).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O modelo de negócio da Companhia consiste em receber exclusivamente os instrumentos de dívida (recebíveis e aplicações) os fluxos de caixa contratuais sem a venda de carteira e/ou antecipações

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados ao VJR. Isso inclui todos os ativos e passivos financeiros derivativos.

Para fins da avaliação como custo amortizado, o “principal” é definido como valor justo do ativo e passivo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou são liquidados. As principais classes de ativos e passivos financeiros são:

a) Caixa e equivalentes de caixa e depósito bancário em moeda estrangeira

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, depósitos bancários em moeda estrangeira e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e da respectiva variação monetária até as datas de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias na data de aquisição ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

Referem-se a saldos bancários cuja utilização é temporariamente restrita devido a acordos de garantia de recebíveis com instituições financeiras. Esses saldos restritos possuem prazo de resgate superior a 90 dias da data da aplicação e não possuem liquidez imediata.

c) Contas a receber

Registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, e ajustadas a valor presente, quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito estimadas.

d) Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

A Companhia possui vários instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa nº 21 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Passivos financeiros

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo através de lucros e perdas quando o passivo financeiro é mantido para negociação ou quando designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo através de lucros e perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em lucros e perdas. Os ganhos ou perdas líquidas reconhecidas em lucros e perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme a nota explicativa nº 21.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.22. ICPC 22/IFRIC 23 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”

A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS E EMITIDAS

a) CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia e suas subsidiárias não adotaram de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro.
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas.

As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
 - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.
 - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo.
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e saldos bancários	29.294	156.323	29.294	156.323
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	2.221.766	655.911	2.221.766	655.911
Depósito bancário em moeda estrangeira (b)	-	-	417.352	1.178.061
Câmbio liberado (c)	-	-	-	10.516
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.251.060</u>	<u>812.234</u>	<u>2.668.412</u>	<u>2.000.811</u>

- (a) As aplicações financeiras realizadas em moeda local (R\$), referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas que variam em 31 de dezembro de 2022 de 100% a 104% (31 de dezembro de 2021 de 80% a 104%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e a fundos de investimentos em renda fixa, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. Essas aplicações são mantidas com vistas para atender compromissos de curto prazo e imediatamente conversíveis em caixa, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.
- (b) Refere-se a depósitos no exterior destinados à liquidação de obrigações de curto prazo e de liquidez imediata, em 31 de dezembro de 2022, equivalentes a USD79.988 e (em 31 de dezembro de 2021 USD211.103).
- (c) Câmbio liberado refere-se a recursos disponíveis em Dólares Norte-americanos não remunerados, que em 31 de dezembro de 2022 não havia esta modalidade, (em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R\$10.516, equivalentes a US\$1.884 mil, proveniente de operação de securitização realizada na Controlada Intergrain, cuja liberação foi efetuada em 3 de janeiro de 2022).

b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos de capitalização – circulante (b)	1.515	6.001	1.515	6.001
Títulos de capitalização – não circulante (a)	2.738	2.528	2.738	2.528
Total de aplicações financeiras	<u>4.253</u>	<u>8.529</u>	<u>4.253</u>	<u>8.529</u>

(a) Refere-se a Títulos de capitalização mantidos junto ao Banco Bradesco para operações de créditos.

(b) Refere-se a Títulos de capitalização mantidos junto ao Banco da Amazônia para operações de crédito.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Biodiesel	157.827	206.645	157.827	206.645
Farináceos	21.506	18.887	21.506	18.887
Farelo de soja	64.122	53.668	216.560	150.995
Óleo de soja refinado	22.085	35.404	22.085	35.404
Glicerina	11.331	6.025	11.751	11.310
Óleo de canola	4.080	1.091	4.080	1.091
Lecitina	11.849	5.556	33.355	15.576
Produtos mix	11.023	5.474	11.023	5.474
Óleo de soja bruto	-	-	17.803	-
Serviços de transporte e armazenagem	913	898	913	898
Soja em grãos	-	65	3.421	1.746
Milho em grãos	-	-	68.632	-
Outros produtos	<u>23.482</u>	<u>21.010</u>	<u>23.482</u>	<u>21.010</u>
	<u>328.218</u>	<u>354.723</u>	<u>592.438</u>	<u>469.036</u>
Provisão para perdas de crédito estimadas	<u>(7.370)</u>	<u>(7.707)</u>	<u>(7.370)</u>	<u>(7.707)</u>
Total	<u>320.848</u>	<u>347.016</u>	<u>585.068</u>	<u>461.329</u>
Circulante	317.848	347.016	582.068	461.329
Não circulante	3.000	-	3.000	-

O saldo de contas a receber pode ser segregado por mercado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercado interno	326.384	344.972	326.384	344.972
Mercado externo	<u>1.834</u>	<u>9.751</u>	<u>266.054</u>	<u>124.064</u>
Total	<u>328.218</u>	<u>354.723</u>	<u>592.438</u>	<u>469.036</u>

Em 31 de dezembro de 2022, do saldo de contas a receber, R\$157.827, referente a vendas Biodiesel para diversas distribuidoras, principais: Vibra Energia S.A. o montante de R\$36.794, Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. o montante de R\$26.957, Raizen S.A. o montante de R\$24.312 e para a Petróleo Sabba S.A. o montante de R\$4.504 e (R\$206.645 em 31 de dezembro de 2021, para a Petrobrás S.A.). Nenhum outro cliente representa mais de 10% do saldo total de contas a receber da carteira de clientes. Devido ao novo sistema de comercialização de Biodiesel a partir de janeiro de 2022, não é vendido diretamente para a Petrobrás S.A. e sim através de mercado livre, negociado com distribuidoras de combustíveis.

O saldo de contas a receber com partes relacionadas está apresentado na nota explicativa nº 20.a e consiste substancialmente em transações com a controlada Intergrain Company Ltd. no montante de R\$623.939 (R\$928.863 em 31 de dezembro de 2021) decorrente principalmente das vendas de soja e farelo de soja, na controladora.

O saldo de contas a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer:				
De 1 a 30 dias	244.256	327.879	407.251	420.672
De 31 a 60 dias	60.432	6.752	65.290	12.052
De 61 a 90 dias	4.254	4.067	14.569	4.361
Mais de 91 dias	3.000	6.000	32.500	8.195
Total a vencer	311.942	344.698	519.610	445.280
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	8.672	1.866	46.994	1.926
De 31 a 60 dias	125	367	1.252	1.766
De 61 a 90 dias	103	61	442	61
De 91 a 120 dias	6	24	16.770	12.296
De 121 a 180 dias	44	87	44	87
Mais de 181 dias	7.326	7.620	7.326	7.620
Total vencido	16.276	10.025	72.828	23.756
Total geral	328.218	354.723	592.438	469.036

Para determinar a recuperação das contas a receber, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente na data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. Ao excluir o montante a receber das distribuidoras de combustíveis, a concentração do risco de crédito é limitada considerando que a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

Para o cálculo da provisão para perdas de créditos estimadas, a Companhia avalia, com base em experiências anteriores de inadimplência e análise da situação financeira atual de cada devedor. Nos referidos anos a matriz de provisão não foi agravada pelo fato de não produzir impacto significativo no risco de crédito da sua carteira.

A movimentação da provisão para perdas de créditos estimadas é como segue:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(7.707)	(10.772)
Adições	(804)	(1.312)
Reversão	1.141	4.377
Saldo final	<u>(7.370)</u>	<u>(7.707)</u>

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(7.707)	(44.532)
Adições	(804)	(1.312)
Reversão	1.141	4.377
Baixa de títulos por falta de expectativa de recebimento	-	33.760
Saldo final	<u>(7.370)</u>	<u>(7.707)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possui contas a receber dadas em garantia de empréstimos e financiamentos.

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
a. Estoques:				
Matérias-primas	429.299	360.892	429.299	360.892
Produtos acabados	653.808	597.380	653.808	597.380
Mercadorias para revenda	19.820	4.204	189.344	27.040
Material de embalagem	8.776	9.845	8.776	9.845
Material de manutenção e insumos	64.217	53.379	64.217	53.379
Provisão para perdas	(622)	(4.975)	(622)	(4.975)
Subtotal de estoques	<u>1.175.298</u>	<u>1.020.725</u>	<u>1.344.822</u>	<u>1.043.561</u>
b. Adiantamentos a fornecedores:				
Adiantamentos a produtores	63.297	69.106	63.297	69.106
Compras antecipadas	8	23	8	23
Adiantamento de fretes	1.599	2.994	1.599	2.994
Insumos e outros	68.900	60.691	68.900	60.691
Provisão para perdas	(1.255)	(1.268)	(1.255)	(1.268)
Subtotal de adiantamentos a fornecedores	<u>132.549</u>	<u>131.546</u>	<u>132.549</u>	<u>131.546</u>
Circulante	128.843	124.482	128.843	124.482
Não circulante	3.706	7.064	3.706	7.064

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não havia estoques dados como garantia de passivos.

A movimentação da provisão para perdas, relativa aos adiantamentos a produtores e perdas como estoques, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(6.243)	(40.384)
Adições	(168)	(5.187)
Baixas/reversão	4.534	39.328
Saldo final	<u>(1.877)</u>	<u>(6.243)</u>

O saldo de adiantamento a fornecedores está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>A vencer</u>				
De 1 a 30 dias	6.023	9.287	6.023	9.287
De 31 a 60 dias	16.843	23.391	16.843	23.391
De 61 a 90 dias	93.978	82.842	93.978	82.842
De 91 a 120 dias	10.056	4.020	10.056	4.020
Mais de 121 dias	<u>1.354</u>	<u>1.837</u>	<u>1.354</u>	<u>1.837</u>
Total a vencer	<u>128.254</u>	<u>121.377</u>	<u>128.254</u>	<u>121.377</u>
<u>Vencidos</u>				
De 1 a 30 dias	313	1.136	313	1.136
De 31 a 60 dias	214	1.804	214	1.804
De 61 a 90 dias	58	32	58	32
De 91 a 120 dias	9	8	9	8
De 121 a 180 dias	-	84	-	84
Mais de 181 dias	<u>4.956</u>	<u>8.373</u>	<u>4.956</u>	<u>8.373</u>
Total vencido	<u>5.550</u>	<u>11.437</u>	<u>5.550</u>	<u>11.437</u>
 Total geral	 <u>133.804</u>	 <u>132.814</u>	 <u>133.804</u>	 <u>132.814</u>

Os estoques de “commodities”, substancialmente representados por soja em grãos e seus derivados, totalizavam R\$259.881 e R\$277.043, respectivamente (R\$154.382 e R\$283.499 em 2021), semente de milho e girassol em grãos, totalizavam R\$122.355 e R\$51.522, respectivamente (R\$145.958 e R\$17.634 em 2021), apresentados nas rubricas “Matérias-primas” e “Produtos acabados”, são ajustados ao seu valor justo deduzidos dos custos de vendas. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos estoques são lançados diretamente no resultado, na rubrica “Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos”, e representam aproximadamente uma perda de R\$34.165 em 31 de dezembro de 2022, sendo perda de R\$30.937 referente a matéria-prima e perda de R\$3.228 referente aos produtos acabados (R\$69.917, aproximadamente, de ganho em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$19.482 referente a matéria-prima e R\$50.435 referente aos produtos acabados).

Os adiantamentos a produtores referem-se a recursos entregues aos produtores rurais antes do plantio e são quitados por ocasião da entrega dos grãos, que ocorrerá entre janeiro e maio do período imediatamente seguinte àquele em que estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras, de acordo com a cotação dos grãos nas datas efetivas de entrega, atualizados até a data-base de 31 de dezembro de 2022. Essas operações estão sujeitas a encargos financeiros, equivalentes a juros simples de 0,5% a 1,10% ao mês ou juros compostos de 0,95% a 1,85% ao mês, em conformidade com as condições acordadas com o fornecedor. Os custos com os juros atualizados dos contratos são lançados diretamente para resultado na rubrica "Resultado financeiro". O saldo classificado no ativo não circulante se refere a adiantamentos os quais se encontram em processo de discussão com os produtores rurais quanto à sua realização e, na melhor estimativa da Administração da Companhia, ocorrerá em prazo superior a doze meses. A Administração da Companhia ainda não incluiu esse valor na provisão para perdas pois ainda não tem expectativa de perda desses créditos, além de possuir garantias reais sobre estes em um total de R\$3.706 (R\$7.064 em 2021).

As operações relacionadas a adiantamentos e sementes entregues aos produtores, descritas anteriormente, possuem garantias reais, representadas por Cédula do Produtor Rural (CPR) com os respectivos penhores em primeiro grau da safra a ser colhida e hipoteca de imóveis dos produtores, devidamente registrados em cartórios de registros de imóveis.

A Companhia constituiu a provisão para perdas estimadas dos adiantamentos que não possuem as garantias reais acima mencionadas.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
ICMS a recuperar	11.045	12.496
PIS e COFINS - não cumulatividade (a)	114.479	124.608
IRPJ e CSLL antecipado (b)	84	12.220
IRRF aplicações financeiras (b)	8.889	57
Outros impostos a recuperar	3.959	11.985
Total circulante	138.456	161.366
ICMS a recuperar	15.210	684
PIS e COFINS - não cumulatividade (a)	459.918	320.165
ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (a.1)	68.136	67.557
Crédito presumido de IPI (Pis/Cofins s/Export.) (a.2)	25.841	-
IRPJ e CSLL antecipado (b)	70.137	53.083
Outros impostos a recuperar	10.948	8.610
Total não circulante	650.190	450.099
Total	788.646	611.465

- (a) PIS e COFINS - não cumulatividade refere-se a i) R\$101.770 em 31 de dezembro de 2022 (R\$91.378 em 31 de dezembro de 2021), aos créditos básicos provenientes das compras de insumos com alíquota de 9,25% conforme previsto no art. 3º. da Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e art. 3º. da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003; ii) R\$337.923 em 31 de dezembro de 2022 (R\$271.519 em 31 de dezembro de 2021), aos créditos presumidos estabelecido pelo art. 31 da Lei 12865 de 9 de outubro de 2013, sobre as vendas de óleo de soja, farelo de soja, lecitina e biodiesel; iii) créditos básicos vinculados às operações do mercado interno não tributado, Lei 11.033 de 2004, R\$14.145 em 31 de dezembro de 2022 (R\$14.145 em 31 de dezembro de 2021); iv) créditos presumidos de PIS e COFINS vinculados às operações de farelo de soja, Lei 12.350 de 2010, R\$6.108 em 31 de dezembro de 2022 (R\$6.108 em 31 de dezembro de 2021); v) créditos referente retenção órgãos públicos, Lei 9.430 de 1996, R\$2.688 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.496 em 31 de dezembro de 2021); vi) créditos presumido referente às vendas de óleo de soja, farelo de soja, lecitina e biodiesel Lei nº 12.865 de 2013 ainda não realizados pedidos de ressarcimento R\$51.825 em 31 de dezembro de 2022 (R\$45.906 em 31 de dezembro de 2021) e demais créditos de PIS e COFINS R\$59.937 em 31 de dezembro de 2022 (R\$13.221 em 31 de dezembro de 2021).

(a.1) Crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS

Em 14 de maio de 2019 a Companhia teve sua ação relacionada ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS transitada em julgado. Esta ação transitada em julgado não determinou se a base de cálculo seria o ICMS destacado nas notas fiscais a ser excluído ou o ICMS efetivamente recolhido em dinheiro. Como consequência, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu contabilmente o montante de R\$19.010 de PIS e COFINS sobre a metodologia do ICMS efetivamente pago, embasada na avaliação dos seus assessores jurídicos.

Em maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Embargos de Declaração nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706, manifestando-se que o valor do ICMS que deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é aquele destacado nas notas fiscais. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R\$579 (R\$48.547 em 31 de dezembro de 2021) referente a diferença remanescente entre o crédito de PIS e COFINS calculado sobre o valor do ICMS destacado e o crédito de PIS e COFINS calculado sobre o valor do ICMS efetivamente pago, totalizando o montante reconhecido de R\$68.136 em 31 de dezembro de 2022 (R\$67.557 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia, em sua ação individual, optou pelo procedimento de liquidação de sentença, fato que resultará em perícias documentais e contraditório para obtenção de ressarcimento dos créditos.

Adicionalmente, a Companhia possui créditos relacionados a pauta fiscal os quais são classificados como risco possível de ganho pelos assessores jurídicos da Companhia, devido principalmente a ausência de jurisprudência, e desta forma foram determinados como ativo contingente tendo em vista ser possível que as autoridades fiscais adotem posições restritivas no que se refere a metodologia de cálculo do crédito de PIS e COFINS. O montante total dos créditos não reconhecidos em 31 de dezembro de 2022, incluindo suas respectivas atualizações monetárias, é de aproximadamente R\$196.530 (R\$180.260 em 31 de dezembro de 2021) e será reconhecido quando a incontroversa for praticamente certa.

(a.2) Crédito presumido de IPI (Pis / Cofins s/Exportações)

A Companhia entrou com processo administrativo com o objetivo de garantir a tomada do referido crédito. Após a tramitação e sem obter êxito a Companhia entrou com Manifesto de Inconformidade em dezembro de 2000, maio de 2003, maio de 2005 e fevereiro de 2006 totalizando o montante total registrado de R\$25.841 em 31 de dezembro de 2022. Estes Manifestos foram discutidos administrativamente pela RFB e obtivemos êxito em março de 2022 autorizando a compensação de ofício. E devido a algumas pendências por morosidade da RFB, a Companhia fez oposição do ofício, preferindo aguardar para sanar estas pendências e solicitar o ressarcimento em espécie.

A Administração da Companhia é de opinião de que a totalidade desses créditos tributários de PIS e COFINS serão:

- (i) Parcialmente utilizados para compensar os impostos a pagar referente a PIS e COFINS - não cumulatividade e/ou tributos federais, gerados pelas vendas realizadas e a realizar até o fim do próximo exercício, tendo, portanto, classificado parte desses ativos no circulante.

Estes créditos tributários de PIS e COFINS podem ser ressarcidos em conformidade com procedimento específico estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil de acordo com a Lei nº 12.865 de 2013, a partir de 10 de outubro de 2013. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 224 pedidos (197 em 31 de dezembro de 2021), de ressarcimento com o valor de R\$466.433 (R\$386.638 em 31 de dezembro de 2021).

Durante o ano de 2022, a Companhia compensou administrativamente o montante de R\$134.084 (R\$122.916 em 2021), via PER/DCOMP, referente a impostos e contribuições devidas.

Em 2022 e 2021, a Companhia não recebeu depósito à vista.

- (ii) Com a entrada em vigor da Lei nº. 13.670 de 2018, regulamentada pela IN nº. 1.810 de 2018, os créditos tributários (PIS/COFINS) gerados a partir de agosto de 2019 estão sendo compensados com débitos previdenciários (Funrural e folha de pagamento) gerados mensalmente. Com isso os novos saldos de créditos de PIS/COFINS objeto de pedidos de ressarcimento serão utilizados também para compensações de débitos previdenciários e/ou outros administrados pela RFB.
- (b) O saldo refere-se substancialmente a antecipações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro tributável apurado em anos anteriores e no decorrer do período e imposto de renda sobre aplicações financeiras. A expectativa da Administração da Companhia é de que esse montante será compensado com o imposto de renda e a contribuição social a serem apurados durante os próximos exercícios e/ou com outros impostos e contribuições federais. Ademais, houve compensações no montante de R\$5.205 em 2022 e (R\$5.863 em 2021).

Os saldos de impostos a recuperar são compostos de acordo com os seguintes anos de origem:

31/12/2022					
	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF aplicações				
	PIS/COFINS	financeiras	ICMS	Outros	Total
2010	555	-	-	-	555
2011	5.026	-	-	-	5.026
2012	10.599	22.729	-	-	33.328
2013	40.986	329	-	-	41.315
2014	36.548	19.629	-	-	56.177
2015	43.622	2.444	-	482	46.548
2016	39.158	23.334	-	1.050	63.542
2017	27.353	125	-	1.654	29.132
2018	32.369	7	11	1.684	34.071
2019	27.549	1.331	3.309	1.901	34.090
2020	5.259	142	2.278	1.630	9.309
2021	107.502	68	4.009	377	111.956
2022	291.848	8.972	16.648	6.129	323.597
Total	668.374	79.110	26.255	14.907	788.646

31/12/2021					
	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF aplicações				
	PIS/COFINS	financeiras	ICMS	Outros	Total
2010	555	-	-	91	646
2011	5.026	-	-	-	5.026
2012	10.599	21.326	-	-	31.925
2013	40.986	308	-	-	41.294
2014	36.548	18.283	-	3	54.834
2015	43.626	2.280	469	573	46.948
2016	37.441	21.488	316	1.134	60.379
2017	29.174	214	826	1.668	31.882
2018	31.788	4	1.219	1.684	34.695
2019	27.247	1.269	3.432	2.299	34.247
2020	20.788	128	2.287	1.881	25.084
2021	228.552	60	4.631	11.262	244.505
Total	512.330	65.360	13.180	20.595	611.465

Com base nos pedidos de recuperação e nas projeções de resultados futuros, a Companhia estima realizar os créditos de impostos a recuperar conforme a seguir:

	PIS/COFINS	IRPJ e CSLL antecipado e IRRF	
	Ressarcimento/ Compensação	Utilização nas operações/ compensação	Total
2023	163.903	-	163.903
2024	170.080	9.657	179.737
2025	96.373	28.759	125.132
2026 em diante	238.018	40.694	278.712
Total	668.374	79.110	747.484

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	383.643	369.879	383.643	369.879
Cálculo do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota combinada vigente - 34%	(130.438)	(125.759)	(130.438)	(125.759)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial – controlada no exterior	32.078	55.132	-	-
Resultado de equivalência patrimonial – controladas em conjunto	8.078	1.927	8.078	1.927
Variação cambial de investimento no exterior (2)	(1.918)	(1.763)	(1.918)	(1.765)
Juros sobre capital próprio	15.300	15.300	15.300	15.300
Constituição/(Reversão) IR/CS diferidos sobre resultado (prejuízo) – controlada no exterior	(32.078)	(55.132)	-	-
Benefícios fiscais - FOMENTAR, CEI e PRODUZIR (Líquido)	12.079	40.578	12.079	40.578
Benefícios fiscais - PRODEIC-MT, Crédito Outorgado ICMS-GO e ICMS redução e isenção base de cálculo	115.160	99.439	115.160	99.439
Imposto de renda e contribuição social diferidos, provisionados (1)	(36.251)	(54.400)	(36.251)	(54.400)
Outras diferenças permanentes, líquidas	(16.909)	8.666	(16.909)	8.668
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(34.899)	(16.012)	(34.899)	(16.012)
Composição da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(24.858)	(18.859)	(24.858)	(18.859)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(10.041)	2.847	(10.041)	2.847

- (1) A Companhia revisou sua projeção de lucros tributáveis futuros e reconheceu o ativo fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos até o limite da compensação tendo em vista a expectativa de realização futura desses créditos.
- (2) O efeito do resultado de equivalência patrimonial na Controladora contempla o valor negativo de R\$1.918 (negativo de R\$1.763 em 31 de dezembro de 2021) referente à variação cambial de investida Intergrain no exterior para fins fiscais, conforme valores apresentados nas demonstrações consolidadas.

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, aprovada pela Administração, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente tributáveis e dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional até o limite de realização com base nas projeções de resultados tributáveis futuros. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia e está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Créditos fiscais</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (a)	90.441	125.440
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e para perdas de adiantamentos a produtores	2.933	3.051
Provisão para resultado não realizado – lucro nos estoques	24.003	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	126	2.679
Provisão para perda de créditos contingentes	9.427	9.427
Provisão para benefício pós-emprego	2.051	2.061
Provisão para possível não realização impostos	5.852	5.621
Provisão para ajuste de estoque a valor de mercado	16.358	1.232
Ajuste de contratos garantia preços ao produtor e contratos de vendas	63.861	33.991
Variação líquida não realizada de “forward” e “swap”	-	2.150
Provisão para ajuste de contratos futuros - CBOT	31.551	27.335
Provisão para ajuste de obrigações com fornecedor-MP	-	14.287
Provisão para possível não realização crédito	4.429	4.429
Outras provisões	4.633	9.041
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos	<u>255.665</u>	<u>240.744</u>
<u>Débitos fiscais</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Ajuste a valor presente - FOMENTAR, PRODUZIR, CEI e Bolsa Garantia	(47.323)	(20.933)
Provisão para ajuste de estoque a valor de mercado	(7.106)	(23.247)
Variação líquida não realizada de “forward” e “swap”	(12.925)	-
Provisão para ajuste de obrigações com fornecedor-MP	(1.019)	-
Ajuste de contratos garantia preços ao produtor	(4.242)	(2.432)
Ganhos/perdas atuariais de planos de benefício pós-emprego	(35)	(265)
Reserva de reavaliação	(18.497)	(19.146)
Ajuste de avaliação patrimonial - ativo imobilizado	(28.265)	(28.657)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivos	<u>(119.412)</u>	<u>(94.680)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo ou (passivo) líquido	<u>136.253</u>	<u>146.064</u>

- (a) Ademais, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o saldo líquido de provisões constituídas, no montante de R\$266.003 em prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (R\$368.941 em 31 de dezembro de 2021), cujos ativos fiscais se encontram reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente tributáveis e dedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional até o limite de realização com base nas projeções de resultados tributáveis futuros. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e as projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, portanto, são dependentes de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Companhia estima realizar os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme a seguir:

	2022
	Controladora e Consolidado
2023	7.464
2024	11.683
2025	20.016
2026	25.617
2027	29.939
2028	33.409
2029	38.194
2030	38.532
2031	38.749
2032 em diante	12.062
Total	255.665

A abertura, por ano, do crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos a ser realizado, foi determinada pela Administração da Companhia utilizando-se de projeções de resultados para os próximos exercícios e avaliando-se, de maneira uniforme, a efetiva capacidade de realização desses créditos, com base nas estimativas desses lucros tributáveis futuros.

As perspectivas futuras dos negócios da Companhia e as projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração; portanto, são dependentes de variáveis nos mercados nacional e internacional, estando sujeitas a mudanças.

9. INVESTIMENTOS

	Participação total - %
<u>Investimentos em controlada</u>	
Intergrain Company Ltd.	100,00
<u>Investimentos em controlada em conjunto</u>	
Terminal XXXIX de Santos S.A.	50,00
Terminal São Simão S.A.	49,00

A seguir, um resumo dos balanços patrimoniais e demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, da controlada e controlada em conjunto.

	Quantidade de cotas/ações		Capital social		Participação no capital social %		Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controlada(a):										
Intergrain Company Ltd. (b)	10.595.180	10.595.180	55.282	59.126	100%	100%	246.072	86.768	164.945	162.154
Controlada em conjunto:										
Terminal XXXIX de Santos S.A.	50.000.000	28.000.000	50.000	28.000	50%	50%	100.852	62.552	46.300	10.862
Terminal São Simão S.A. (b)	93.442.101	78.000.000	73.503	78.000	49%	49%	74.473	78.394	1.240	483

(a) Valor referente a US\$10.595 mil.

O resultado do exercício da Intergrain contempla o valor negativo de R\$5.641 referente à variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada (R\$5.185 negativo em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrado abaixo:

Resultado Intergrain – Investimento no exterior	31/12/2022	31/12/2021
Resultado de equivalência patrimonial controlada - antes dos efeitos da variação cambial	164.945	162.154
Ajuste equivalência patrimonial sobre resultado não realizado – lucro nos estoques	(70.598)	-
Resultado de equivalência patrimonial controlada - efeitos da variação cambial	(5.641)	(5.185)
Resultado de equivalência patrimonial controlada total	<u>88.706</u>	<u>156.969</u>

A Companhia efetua consolidação das demonstrações financeiras da controlada Intergrain Company Ltd. (100% de participação) e realiza cálculo de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A. (50% de participação) e Terminal São Simão S.A. (49% de participação), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 19 (R2).

	Terminal XXXIX	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Ativo	124.209	212.255
Passivo	(38.249)	(33.637)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	309.950	147.131
Passivo	(295.058)	(263.197)
Patrimônio líquido	100.852	62.552
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	195.940	115.242
Custo das vendas	(85.958)	(68.162)
Lucro bruto	109.982	47.080
Despesas operacionais, líquidas	(40.301)	(31.147)
Imposto de renda e contribuição social	(23.381)	(5.071)
Resultado do exercício	46.300	10.862
	Intergrain	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Ativo	953.923	1.325.729
Passivo	(656.925)	(962.776)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	212.132	3.662
Passivo	(263.057)	(279.847)
Patrimônio líquido	246.073	86.768
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	3.285.953	2.742.441
Custo das vendas	(3.074.998)	(2.565.644)
Lucro bruto	210.955	176.797
Receitas (despesas) operacionais, líquidas	(46.010)	(14.643)
Subtotal	164.945	162.154
Variações cambiais – Investimento no exterior	(5.641)	(5.185)
Resultado do exercício	159.304	156.969

	Terminal São Simão(i)	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Ativo	16.434	5.715
Passivo	(9.590)	(20.557)
<u>Não circulante</u>		
Ativo	92.968	93.503
Passivo	(25.339)	(267)
Patrimônio líquido	<u>74.473</u>	<u>78.394</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Montantes no resultado</u>		
Vendas líquidas	18.799	24.603
Custo das vendas	<u>(17.911)</u>	<u>(22.664)</u>
Lucro bruto	888	1.939
Despesas operacionais, líquidas	828	(1.189)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(476)</u>	<u>(267)</u>
Resultado do exercício	<u>1.240</u>	<u>483</u>

O saldo de investimentos em controladas e controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	Controladora	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Investimentos em controladas	246.073	86.768
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - controladas em conjunto	<u>86.913</u>	<u>69.689</u>
Subtotal	332.986	156.457
Outros investimentos (i)	<u>470</u>	<u>470</u>
Total	<u>333.456</u>	<u>156.927</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Investimentos - controladas em conjunto	86.913	69.989
Outros investimentos (ii)	<u>470</u>	<u>470</u>
Total	<u>87.383</u>	<u>70.159</u>

- i. Refere-se principalmente a investimento na Cebragel - Companhia de Armazéns Cerrado do Brasil, não consolidado.

Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto em exercícios comparativos:

Investimentos	Saldo final 31/12/2021	Resultado de equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos (iii)	Provisão passivo a descoberto	Investiment o TSS (ii)	Saldo final 31/12/2022
Em controlada:						
Intergrain Company Ltd.	86.768	88.706	-	-	-	175.474
Em controlada em conjunto:						
Terminal XXXIX de Santos S.A.	31.276	23.150	(4.000)	-	-	50.426
Terminal São Simão S.A.	38.413	608	(329)	-	(2.204)	36.488
Outros investimentos	470	-	-	-	-	470
Total	156.927	112.464	(4.329)	-	(2.204)	262.858

- i. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de equivalência patrimonial da Intergrain contempla o valor negativo de R\$5.641 referente às variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada e resultado não realizado (lucro nos estoques) referente a compra adquirida da Controladora no valor de R\$70.598.
- ii. Em fevereiro e março de 2022, houve integralização de capital no montante de R\$7.596, referente a 49% (participação da Caramuru), na investida Terminal São Simão S.A.. Adicionalmente, em dezembro de 2022, houve devolução de parte do Capital as acionistas, no montante de R\$20.000, sendo que para a Caramuru, na proporção da participação no Capital 49%, no montante de R\$9.800, conforme A.G.E. realizada em 30 de setembro de 2022, resultando no efeito líquido de R\$2.204.
- iii. Em junho de 2022, houve destinação referente a distribuição de dividendos da Controlada em conjunto, da qual a Companhia recebeu R\$184 a título de dividendos referente a distribuição do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. E em dezembro de 2022, houve destinação referente a distribuição de dividendos no montante de R\$145. E para a Controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A. houve destinação referente a distribuição de lucros acumulados até o ano de 2021, no montante de R\$4.000, conforme A.G.E. em 22 de dezembro de 2022.

Investimentos	Saldo final 31/12/2020	Resultado de equivalência patrimonial(i)	Distribuição de dividendos (iii)	Provisão passivo a descoberto	Investiment o TSS (ii)	Saldo final 31/12/2021
Em controlada:						
Intergrain Company Ltd.	-	156.969	-	(70.201)	-	86.768
Em controlada em conjunto:						
Terminal XXXIX de Santos S.A.	25.845	5.431	-	-	-	31.276
Terminal São Simão S.A.	33.305	237	(56)	-	4.927	38.413
Outros investimentos	470	-	-	-	-	470
Total	59.620	162.637	(56)	(70.201)	4.927	156.927

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, o resultado de equivalência patrimonial da Intergrain contempla o valor negativo de R\$5.185 referente às variações cambiais no investimento no exterior apurados pela controlada.
- (ii) Até maio de 2021, houve integralização total de capital na investida Terminal São Simão S.A., a Caramuru Alimentos S.A. com participação de 49% no capital social em parceria com a Rumo S.A. com participação de 51%.
- (iii) Em dezembro de 2021, houve destinação referente a distribuição de dividendos para a Controlada em conjunto.

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIREITO DE USO

a) Composição do ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação - %	Controlada e Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Valores contábeis - saldo residual líquido:			
Terrenos	-	55.192	55.192
Edifícios e construções	2,58	288.460	281.533
Máquinas e equipamentos	6,37	385.207	391.826
Instalações	7,30	79.095	80.318
Móveis e utensílios	7,45	7.342	6.509
Veículos	13,77	11.491	8.916
Equipamentos de informática	21,23	5.104	4.536
Benfeitorias	5,17	16.108	17.321
Outros	24,36	24.030	21.719
Imobilizado em andamento	-	239.652	45.335
		1.111.681	913.205

b) Composição do ativo intangível

	Taxa média anual de amortização - %	Controlada e Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Softwares	20,28	4.572	4.429
Outorga Porto Santana-AP	4	5.636	-
		<u>10.208</u>	<u>4.429</u>

c) Composição bens de direito de uso

	Taxa média anual de amortização - %	Controlada e Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativos de direito de uso Unidade Sorriso-MT(1)	20	30.254	35.440
Ativos de direito de uso Porto Santana-AP(2)	4	22.341	-
		<u>52.595</u>	<u>35.440</u>

(1) Referem-se à aluguel (arrendamento), direito de uso (parcial) da Unidade de Sorriso-MT, com pagamento mensal previsto até abril de 2026 da Unidade de Sorriso-MT o aluguel foi renovado para mais 5 anos a partir de maio de 2021, com vencimento previsto para maio de 2026.

(2) Referem-se ao direito de uso da Unidade do Porto de Santana, localizado no Estado do Amapá, com vencimento final previsto para junho de 2047.

Ainda em relação a esses arrendamentos, de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu despesas de depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, reconheceu R\$9.064 de depreciação de arrendamento (R\$8.121 em 31 de dezembro de 2021).

Custo	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Obras em andamento	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	55.192	370.870	725.119	148.633	12.415	17.623	18.407	14.132	31.617	48.092	45.338	1.487.438	60.632	1.548.070
Adições	-	215	4.386	668	1.591	655	1.649	6.155	71	1.710	254.751	271.851	26.219	298.070
Baixas	-	-	(2.292)	-	(209)	(2.194)	(643)	-	-	(187)	(6.569)	(12.094)	-	(12.094)
Transferências	-	15.297	21.947	5.677	(1)	5.153	736	1.333	310	3.413	(53.865)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>55.192</u>	<u>386.382</u>	<u>749.160</u>	<u>154.978</u>	<u>13.796</u>	<u>21.237</u>	<u>20.149</u>	<u>21.620</u>	<u>31.998</u>	<u>53.028</u>	<u>239.655</u>	<u>1.747.195</u>	<u>86.851</u>	<u>1.834.046</u>

Depreciação	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Software	Benfeitorias	Outros	Subtotal	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(89.338)	(333.293)	(68.317)	(5.904)	(8.707)	(13.873)	(9.704)	(14.297)	(26.371)	(569.804)	(25.192)	(594.996)
Despesas de depreciação e realização reserva de reavaliação	(7.486)	(32.185)	(7.557)	(662)	(2.410)	(1.812)	(1.709)	(1.595)	(2.771)	(58.187)	(9.064)	(67.251)
Baixas e alienações de ativos	-	1.581	-	113	1.371	640	-	-	135	3.840	-	3.840
Transferências	103	(103)	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Realização - custo atribuído	(1.203)	48	(9)	-	-	-	-	-	11	(1.153)	-	(1.153)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(97.924)</u>	<u>(363.952)</u>	<u>(75.883)</u>	<u>(6.452)</u>	<u>(9.746)</u>	<u>(15.046)</u>	<u>(11.413)</u>	<u>(15.892)</u>	<u>(28.996)</u>	<u>(625.304)</u>	<u>(34.256)</u>	<u>(659.560)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>281.532</u>	<u>391.826</u>	<u>80.316</u>	<u>6.511</u>	<u>8.916</u>	<u>4.534</u>	<u>4.428</u>	<u>17.320</u>	<u>21.721</u>	<u>917.634</u>	<u>35.440</u>	<u>953.074</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>288.458</u>	<u>385.208</u>	<u>79.095</u>	<u>7.344</u>	<u>11.491</u>	<u>5.103</u>	<u>10.208</u>	<u>16.106</u>	<u>24.032</u>	<u>1.121.891</u>	<u>52.595</u>	<u>1.174.484</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia investiu R\$298.070 (R\$83.031 durante o exercício de 2021) em ativos fixos, objetivando a ampliação da capacidade de armazenagem, modernização e ampliação do processo produtivo, ganhos de escala e otimização de seus processos administrativos.

Os principais investimentos realizados nos exercícios findos nas datas abaixo foram:

31 de dezembro de 2022

- Projeto da planta para produção SPC na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.
- Projeto da planta para produção de álcool e lecitina na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- Projeto construção armazém graneleiro na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- Projeto melhoria da planta de produção de Biodiesel da unidade de São Simão, no Estado de Goiás.
- Projeto interligação da planta ao Terminal São Simão na unidade de São Simão, no Estado de Goiás.

- f) Projeto (2ª fase) da planta de destilação de Glicerina na unidade de Ipameri, no Estado de Goiás.
- g) Projeto tratamento casca de soja na unidade de São Simão, no Estado de Goiás.

31 de dezembro de 2021

- a) Projeto (2ª fase) da planta de destilação de Glicerina na unidade de Ipameri, no Estado de Goiás. Projeto da planta para produção SPC na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.
- b) Projeto da planta para produção de álcool e lecitina na unidade de Sorriso, no Estado de Mato Grosso.
- c) Projeto melhoria da planta de produção de Biodiesel da unidade de São Simão, no Estado de Goiás.
- d) Projeto interligação da planta ao Terminal São Simão na unidade de São Simão, no Estado de Goiás.
- e) Início do projeto da planta para produção SPC na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo imobilizado inclui R\$137.536 (R\$140.598 em 31 de dezembro de 2021), correspondentes à mais-valia proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 1997, 2002 e 2006 e custo atribuído registrado em 2010, base 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixas de bens.

A depreciação e os valores decorrentes de baixa de bens reavaliados e o custo atribuído, debitados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, montam a R\$3.062 (R\$8.976 em 31 de dezembro de 2021).

A reserva de reavaliação e o custo atribuído constituídos, líquidos dos efeitos fiscais aplicáveis, são realizados a crédito de resultados acumulados no patrimônio líquido, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referidas reavaliações e custo atribuído, em 31 de dezembro de 2022, monta a R\$46.762 (R\$47.803 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e consolidado, classificado no passivo não circulante, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas controladas optaram pela manutenção do saldo de reserva de reavaliação existente em 31 de dezembro de 2008 até a data da sua efetiva realização.

Em virtude de contratos de financiamento para investimentos em imobilizado e operações de pré-pagamento, em 31 de dezembro de 2022, R\$140.725 (R\$159.254 em 31 de dezembro de 2021) de bens do ativo imobilizado, líquido da depreciação acumulada e não reavaliados, encontram-se dados em garantia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 20 (R1) – Custos dos Empréstimos, a Companhia capitalizou o montante de R\$10.977 (R\$4.767 em 31 de dezembro de 2021) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 17) e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora e Consolidado							
				31/12/2022							
Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	Vencimento final	Circulante			Não circulante			Total do não circulante	Total Circulante e Não circulante
				Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Total do circulante	Mais que 1 ano e até 3 anos	Mais que 3 anos e até 5 anos	Mais que 5 anos		
Moeda estrangeira:											
Pré-pagamento (a)	US\$	5,87	Setembro de 2026	62.844	58.699	121.543	210.012	292.191	-	502.203	623.746
ACC (a)	US\$	5,34	Setembro de 2023	444.175	329.507	773.682	-	-	-	-	773.682
CCE (h)	US\$	4,76	Março de 2023	125.946	-	125.946	-	-	-	-	125.946
NCE (b)	US\$	4,50	Janeiro de 2026	15.542	-	15.542	26.089	13.044	-	39.133	54.675
				648.507	388.206	1.036.713	236.101	305.235	-	541.336	1.578.049
Moeda nacional:											
Ativo imobilizado (c)	TJLP	2,50 a 11,39	Janeiro de 2029	3.025	5.505	8.530	9.493	5.928	3.211	18.632	27.162
FOMENTAR (d)	-	2,40	Dezembro de 2032	-	-	-	-	-	2.533	2.533	2.533
CEI (e)	-	-	Janeiro de 2024	-	-	-	14.943	-	-	14.943	14.943
PRODUZIR (f)	-	2,40	Dezembro de 2032	-	-	-	-	-	382	382	382
NCE (b)	-	16,81	Janeiro de 2024	80.034	457.000	537.034	10.000	-	-	10.000	547.034
FCO (g)	-	10,33	Novembro de 2029	3.094	7.660	10.754	20.427	16.492	3.398	40.317	51.071
CCE (h)	-	16,83	Abril de 2024	14.945	73.325	88.270	8.333	-	-	8.333	96.603
FINEP (i)	-	3,00	Março de 2024	2.079	6.119	8.198	2.040	-	-	2.040	10.238
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)											
	CDI	5,25	Fevereiro de 2025	13.627	-	13.627	22.448	-	-	22.448	36.075
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)											
	IPCA	5,00	Fevereiro de 2025	55.206	-	55.206	86.090	-	-	86.090	141.296
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA Verde) (j.i)											
	IPCA	6,67	Julho de 2029	-	113.993	113.993	261.989	381.989	240.000	883.978	997.971
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (k)	-	18,01	Outubro de 2025	21.208	51.975	73.183	58.114	-	-	58.114	131.297
Cédula do Produtor Rural Financeira (CPR-F) (m)											
	-	18.16	Março de 2024	333.768	20.000	353.768	20.000	-	-	20.000	373.768
Juros antecipados e comissões a apropriar	-	-	Janeiro de 2026	(8.190)	-	(8.190)	-	(20.896)	-	(20.896)	(29.086)
				518.796	735.577	1.254.373	513.877	383.513	249.524	1.146.914	2.401.297
Total controladora				1.167.303	1.123.783	2.291.086	749.978	688.748	249.524	1.688.250	3.979.336
Moeda estrangeira:											
Securitização (l)	US\$	6,50	Janeiro de 2029	3.392	-	3.392	73.048	83.483	52.177	208.708	212.100
Total consolidado				1.170.695	1.123.783	2.294.478	823.026	772.231	301.701	1.896.958	4.191.436

				Controladora e Consolidado							
				31/12/2021							
Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	Vencimento final	Circulante			Não circulante				Total Circulante e Não circulante
				Menos que 90 dias	Mais que 90 dias	Total do circulante	Mais que 1 ano e até 3 anos	Mais que 3 anos e até 5 anos	Mais que 5 anos	Total do não circulante	
Moeda estrangeira:											
Pré-pagamento (a)	US\$	3,35	Julho de 2024	25.048	34.878	59.926	209.269	-	-	209.269	269.195
ACC (a)	US\$	5,10	Outubro de 2022	456.314	474.343	930.657	-	-	-	-	930.657
				481.362	509.221	990.583	209.269	-	-	209.269	1.199.852
Moeda nacional:											
Ativo imobilizado (c)	TJLP	2,50 a 7,78	Janeiro de 2029	4.258	10.113	14.371	14.333	5.927	6.175	26.435	40.806
FOMENTAR (d)	-	2,40	Dezembro de 2032	-	-	-	-	-	1.860	1.860	1.860
CEI (e)	-	-	Janeiro de 2023	-	-	-	9.806	-	-	9.806	9.806
PRODUZIR (f)	-	2,40	Dezembro de 2032	-	-	-	-	-	300	300	300
NCE (b)	-	12,65	Janeiro de 2024	338.602	50.000	388.602	160.000	-	-	160.000	548.602
NCE (b)	US\$	4,33	Janeiro de 2026	-	64.467	64.467	27.903	27.903	-	55.806	120.273
FCO (g)	-	8,98	Novembro de 2029	1.149	2.869	4.018	7.651	5.770	5.171	18.592	22.610
CCE (h)	US\$	4,47	Abril de 2022	107.328	30.690	138.018	-	-	-	-	138.018
CCE (h)	-	12,80	Abril de 2024	17.277	33.485	50.762	41.667	-	-	41.667	92.429
FINEP (i)	-	3,00	Março de 2024	2.090	6.075	8.165	10.125	-	-	10.125	18.290
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)											
	CDI	5,25	Fevereiro de 2025	35.169	-	35.169	22.448	11.224	-	33.672	68.841
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA) (j)											
	IPCA	5,00	Fevereiro de 2025	40.838	-	40.838	77.553	38.776	-	116.329	157.167
Certificados Recebíveis Agronegócio (CRA Verde) (j.i)											
	IPCA	5,76	Setembro de 2027	-	10.604	10.604	141.989	141.989	70.995	354.973	365.577
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (k)	-	12.75	Outubro de 2025	58.522	120.762	179.284	125.310	1.852	-	127.162	306.446
Juros antecipados e comissões a apropriar	-	-	Janeiro de 2026	(3.011)	(3.333)	(6.344)	(1.703)	(2)	-	(1.705)	(8.049)
				602.222	325.732	927.954	637.082	233.439	84.501	955.022	1.882.976
Total controladora				1.083.584	834.953	1.918.537	846.351	233.439	84.501	1.164.291	3.082.828
Moeda estrangeira:											
Securitização (l)	US\$	6,50	Janeiro de 2029	-	-	-	33.483	89.288	100.448	223.219	223.219
Total consolidado				1.083.584	834.953	1.918.537	879.834	322.727	184.949	1.387.510	3.306.047

(a) Adiantamentos de contrato de câmbio e pré-pagamento

Referem-se a recursos antecipados à Companhia para que esta possa fazer face às exportações de mercadorias. Esses contratos são substancialmente garantidos por aval dos acionistas.

(b) Nota de Crédito de Exportação – NCE

Financiamento obtido em moeda local indexado à variação do CDI, da Taxa Referencial - TR ou do dólar norte-americano, de acordo com a opção da Companhia no momento da contratação do empréstimo, o qual objetiva atender às necessidades de capital de giro, ou para aquisição de bens e insumos para a produção.

(c) Ativo imobilizado

Inclui as linhas de financiamento Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Automático e Financiamento a Empreendimentos - FINEM, que são recursos captados para aquisição de máquinas e equipamentos.

(d) FOMENTAR

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é financiada pelo equivalente a 70% do ICMS. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras.

Em janeiro e agosto de 2022, a Companhia participou de leilão promovido pelo Governo do Estado de Goiás e liquidou antecipadamente, principalmente por meio da utilização do saldo de depósito no programa Bolsa Garantia pelo valor de R\$2.642, o montante financiado de ICMS até abril de 2022, que totaliza R\$26.423. Neste leilão foi apurado um deságio de aproximadamente 89%, equivalente a R\$23.517, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas, sendo desembolsado o montante de R\$264.

Em fevereiro e agosto de 2021, a Companhia participou de leilão promovido pelo Governo do Estado de Goiás e liquidou antecipadamente, principalmente por meio da utilização do saldo de depósito no programa Bolsa Garantia pelo valor de R\$5.469, o montante financiado de ICMS até maio de 2021, que totaliza R\$54.688. Nestes leilões foi apurado um deságio de aproximadamente 89%, equivalente a R\$48.672, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas, sendo desembolsado o montante de R\$547.

(e) CEI

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é beneficiária do CEI, incentivo fiscal promovido pelo Estado de Goiás, cuja origem é 70% do ICMS a recolher, após a dedução dos 70% do incentivo fiscal FOMENTAR. Esse incentivo fiscal deve ser aplicado em novos investimentos no Estado de Goiás. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras.

Em fevereiro, abril, julho e outubro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo nominal financiado parcial até novembro de 2020, no montante de R\$15.013, apurando um deságio de R\$12.010, o qual foi registrado como redução das deduções de vendas. Como resultado dessa liquidação, a Companhia obteve um percentual de redução de 80% do valor nominal financiado, desembolsando o montante de R\$3.003.

Em janeiro, fevereiro, maio e outubro de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo nominal financiado parcial até setembro de 2020, no montante de R\$9.000, apurando um deságio de R\$7.200, o qual foi registrado como redução das deduções de vendas. Como resultado dessa liquidação, a Companhia obteve um percentual de redução de 80% do valor nominal financiado, desembolsando o montante de R\$1.800.

(f) PRODUIR

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia é beneficiária do PRODUIR, incentivo fiscal promovido pelo Estado de Goiás, cuja origem é financiar 73% do ICMS a recolher e conceder eventual desconto se a Companhia atender a determinados requisitos. O passivo refere-se ao valor esperado a ser liquidado na data-base das demonstrações financeiras.

Em março e dezembro de 2021 a Companhia liquidou o saldo nominal financiado até outubro de 2021, no montante de R\$70.527, apurando um deságio de R\$63.474, o qual foi registrado como redutora dos impostos sobre vendas. Como resultado dessa liquidação antecipada, a Companhia obteve um percentual de redução de 90% do valor nominal financiado. A liquidação ocorreu com R\$7.053, compensados com a liberação de recursos depositados na SEFAZ/GO, na conta denominada "Antecipação ICMS Produzir".

(g) Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Refere-se à linha de crédito para desenvolvimento da Região Centro-Oeste, destinado para investimentos em modernização e ampliação do parque industrial.

(h) Cédula de Crédito à Exportação (CCE)

Financiamento obtido em moeda local indexado à variação do CDI, da taxa Referencial (TR) ou do Dólar Norte-americano, de acordo com a opção da Companhia no momento da contratação, o qual objetiva financiar a exportação de bens para exportação, bem como as atividades de apoio e complementação da exportação realizada por instituição financeira.

(i) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Empresa brasileira de inovação e pesquisa, voltada ao fomento da inovação tecnológica, financiamento destinado a realização de projetos de inovação.

(j) Certificados Recebíveis do Agronegócio – CRA (“CVM 400”)

Em janeiro de 2021, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA) lastreados em Debêntures, pelo agente fiduciário Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, no qual a Companhia realizou por meio de oferta pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme em vigor (“Instrução CVM 400”), da Instrução CVM 600 e das demais disposições legais e regulamentares em vigor (“Oferta”), e serão destinados a investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B e 9º-C, conforme o caso, da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme em vigor (caso subscrevam e integralizem os CRA no âmbito da Oferta, os futuros titulares dos CRA, denominados “Titulares de CRA”). Com vencimento no ano de 2025, sendo recursos destinados exclusivamente à compra de soja em grãos, milho em grãos e girassol diretamente de produtores rurais e/ou cooperativas rurais nacionais.

(j.i) Certificados Recebíveis do Agronegócio – CRA (Verde)

Em outubro de 2021, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio CRA (Verde) lastreados em Debêntures, captando o montante de R\$354.973, através de uma nova emissão de CRA – nos termos da Instrução CVM 400 e selo Verde através da certificação do Framework através de um SPO (Parecer de Segunda Opinião) para o lastro Verde e estão alinhados com os “Green Bonds Principles”, com base em benefícios ambientais e climáticos gerados pela compra da soja para produção de biodiesel, fomento à produção agrícola sustentável, procedimento primário e armazenamento e contratação de serviços logísticos com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) pela Companhia. Vencimento em setembro de 2027, com carência de 24 meses para iniciar o pagamento do principal, e pagamento semestral de juros. Adicionalmente, foi realizado Swap de IPCA mais 5,76% para CDI mais 0,77%, com o objetivo de reduzir o custo deste endividamento.

Em julho de 2022, a Companhia realizou uma operação de emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio CRA (verde) lastreados em Debêntures, captando o montante de R\$600.000 através de uma nova emissão de CRA - nos termos da Instrução CVM 400 e selo Verde através da certificação do Framework através de um SPO (Parecer de Segunda Opinião) para o lastro Verde e estão alinhados com os “Green Bonds Principles”, com base em benefícios ambientais e climáticos gerados pela compra da soja para produção de biodiesel, fomento à produção agrícola sustentável, procedimento primário e armazenamento e contratação de serviços logísticos com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE) pela Companhia. Vencimento em julho de 2029, com carência de 36 meses para iniciar o pagamento do principal, e pagamento trimestral de juros. Adicionalmente, foi realizado Swap de IPCA mais 7,20% para CDI mais 1,22%, com o objetivo de reduzir o custo deste endividamento.

(k) Cédula de Crédito Bancário – CCB

Refere-se a linha de crédito de Capital de Giro (BB Giro Corporate Exportação).

(l) Securitização de Recebíveis

Em dezembro de 2021 a Companhia através de sua controlada Intergrain Company Ltd., realizou uma operação captação de recursos no montante de US\$40.000, denominada Securitização. Trata-se de passivo relativo à emissão de notas dentro do programa de securitização de fluxos futuros dos recebíveis a performar da Intergrain Company Ltd. oriundos de suas vendas de non-GMO (não modificado geneticamente) do produto Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja). Dentro do programa de securitização, a Intergrain Company Ltd. vendeu todos os recebíveis a performar (títulos futuros a serem emitidos) oriundos de suas vendas de non-GMO SPC para a empresa de propósito específico (“SPE”) Intergrain Trading Limited (cujas ações são detidas fiduciariamente pela Walkers Fiduciary Limited para benefício da Walkers Charitable Foundation), constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos específicos:

- Emissão e venda de valores mobiliários no mercado e/ou tomada de empréstimos no mercado internacional;
- Usar os recursos obtidos para pagamento à Intergrain Company Ltd., pela compra dos direitos sobre os recebíveis acima mencionados; e
- Para a realização de pagamentos de principal, juros e demais encargos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

Com os recursos obtidos pela venda desses recebíveis à SPE, a Intergrain Company Ltd. efetua o pagamento se suas compras de non-GMO SPC a Caramuru Alimentos S.A.

Esta "SPE" é exclusiva para esta operação de securitização de recebíveis a performar futuros oriundos das vendas de non-GMO SPC da Intergrain Company Ltd. a compradores específicos, bem como não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários ou tomadas de empréstimos e não possui subsidiárias e não tem empregados. A Intergrain Trading Limited não possui nenhum vínculo societário com as empresas Caramuru Alimentos S.A. e Intergrain Company Ltd.

(m) Cédula do Produtor Rural Financeira - CPR-F

Refere-se a linha de crédito relacionado aos produtos do agronegócio que permite a obtenção de recursos para que as empresas possam desenvolver sua produção, ao invés de entregar o produto o emitente poderá pagar em dinheiro o valor nela previsto.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos como segue:

	2022	
	Controladora	Consolidado
2024	372.287	403.593
2025	377.691	419.433
2026	507.526	549.267
2027	181.223	222.964
2028 em diante	249.523	301.701
Total	1.688.250	1.896.958

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos foram oferecidas garantias por alienação fiduciária e penhor mercantil dos bens financiados que, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam R\$140.725 (R\$159.254 em 31 de dezembro de 2021), líquido de depreciação acumulada e certificado de depósito agropecuário, notas promissórias, fianças bancárias e avais dos diretores e acionistas. A partir de janeiro de 2021, com a nova operação de Certificado de Recebíveis do Agronegócio-CRA, a Companhia conforme contrato com a instituição deve manter mensalmente em garantia o montante de R\$150.000 (no início da operação) da carteira de recebíveis do mercado interno e diminuindo proporcionalmente a garantia até a sua liquidação final prevista para fevereiro de 2025, após a liquidação da primeira parcela, em 31 de dezembro de 2022, esta garantia é no montante de R\$127.371. E a partir de janeiro de 2021, a Companhia não possui contas a receber dadas em garantia para os demais empréstimos e financiamentos. E especificamente para a operação do CRA no montante de R\$600.000 em julho de 2022 e para o contrato de US\$80.000 referente a pré-pagamento em agosto de 2022, ambos foram dados em garantia contratos de exportações.

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

Determinados contratos de empréstimos estão sujeitos a certas condições restritivas anuais e trimestrais e, contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros. Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	3.082.828	2.142.694	3.306.047	2.142.694
Variação nos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	3.733.471	2.921.428	3.733.471	3.144.648
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.760.141)	(2.041.459)	(2.760.141)	(2.041.459)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	973.330	879.969	973.330	1.103.189
Efeito das variações nas taxas de câmbio, encargos financeiros e variação monetária	(45.093)	75.060	(59.603)	73.819
Despesa com juros	348.732	205.280	362.171	206.520
Ajuste a valor presente do Fomentar, CEI e Produzir	(110.794)	(87.179)	(110.794)	(87.179)
Reversão de ajuste a valor presente do Fomentar, CEI e Produzir	33.175	109.697	33.175	109.697
Deságio obtido em leilão para liquidação do Fomentar e CEI	(35.526)	(119.346)	(35.526)	(119.346)
Juros pagos	(267.316)	(123.347)	(277.364)	(123.347)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(31.729)	(14.895)	(28.339)	(13.655)
Saldo final	3.979.336	3.082.828	4.191.436	3.306.047

12. FORNECEDORES E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas - grãos	610.758	328.343	610.758	328.343
Matérias-primas - outras	627	38.622	627	38.622
Material de consumo e outros	7.850	10.084	7.850	10.084
Embalagens	3.338	3.293	3.338	3.293
Imobilizado	24.824	7.347	24.824	7.347
Mercadorias	1.146	4.171	28.641	24.827
Energia	2.269	2.264	2.269	2.264
Frete	12.567	9.651	12.567	9.651
Outros	50.401	15.095	50.401	15.095
Total	713.780	418.870	741.275	439.526
Circulante	711.540	416.995	739.035	437.651
Não circulante	2.240	1.875	2.240	1.875

b) Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento/aluguel (1)	30.867	36.054	30.867	36.054
Arrendamento Unidade Porto Santana-AP (2)	26.729	-	26.729	-
Total	57.596	36.054	57.596	36.054

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	10.607	8.320	10.607	8.320
Não circulante	46.989	27.734	46.989	27.734

- (1) Arrendamento de parte do parque industrial da unidade de Sorriso-MT, com vencimento final previsto para abril de 2026 (com pagamento mensal), em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$30.867 (R\$36.054 em 31 de dezembro de 2021).
- (2) Referem-se à concessão (arrendamento), direito de uso da Unidade do Porto de Santana-AP, com vencimento final previsto para junho de 2047, em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$26.729.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 9,15% a.a..

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$9.064 (R\$8.121 em 31 de dezembro de 2021).

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui processos judiciais em andamento, perante diferentes tribunais e instâncias, de naturezas trabalhista, tributária e cível. Para esses processos, apresentou defesa administrativa ou judicial. A Administração e seus assessores legais acreditam em decisão final favorável à Companhia na maior parte dos processos. A Companhia possui provisionados, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores para fazer face àqueles processos cujos desfechos são considerados prováveis de perda, e cujos saldos finais estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Natureza da contingência:		
Trabalhista/civil e outros	370	370
Tributária	-	7.511
Saldo final	<u>370</u>	<u>7.881</u>

A movimentação das provisões registradas pela Companhia e suas controladas é demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Adição	Pagamentos	Reversão	31/12/2022
Trabalhista/civil e outros	370	-	-	-	370
Tributária	<u>7.511</u>	-	<u>(2.223)</u>	<u>(5.288)</u>	-
	<u>7.881</u>	-	<u>(2.223)</u>	<u>(5.288)</u>	<u>370</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2021</u>
Tributária	-	7.511	-	-	7.511
Trabalhista / cível e outros	<u>1.525</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.155)</u>	<u>370</u>
	<u>1.525</u>	<u>7.511</u>	<u>-</u>	<u>(1.155)</u>	<u>7.881</u>

A estimativa de desembolsos relacionados às provisões para riscos, com base na opinião dos advogados, está demonstrada a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2023	-
2024	111
2025 em diante	<u>259</u>
	<u>370</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a natureza das principais causas classificadas pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda e que, portanto, tiveram seus valores incluídos na provisão mencionada, é como segue:

Tributária

Refere-se a diversos processos tributários relacionados à Funrural no ano de 2021, em que a Companhia figura como ré. Em dezembro de 2022, foi decidido efetuar a liquidação no montante de R\$2.223, referente julgamento improcedente e o montante remanescente de R\$5.288 foi realizado a sua reversão (7.511 em de dezembro de 2021).

Trabalhista/cível e outros

Refere-se a diversas ações trabalhistas em que a Companhia figura como ré, e tem como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas “in-itinere”; e (ii) danos morais, entre outros.

A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras.

Passivos contingentes

A Companhia é parte em outros processos e riscos, para os quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais nem outra decisão de processos similares consideradas prováveis e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022, estavam assim representadas: (a) R\$33.722 (R\$39.378 em 2021) - trabalhistas; (b) R\$57.514 (R\$52.287 em 2021) - cíveis; e (c) R\$454.515 (R\$505.669 em 2021) – tributárias. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais sendo as principais comentadas a seguir:

Trabalhista

Referem-se a diversas ações trabalhistas em que a Companhia figura como ré, e têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas “in-itinere”; e (ii) danos morais, entre outros.

Tributária

Os principais processos tributários referem-se a processos administrativos, são relativos aos:

i) auto de infração de ICMS do Estado de Mato Grosso no montante de R\$167.183, onde o fiscal autuou pela ausência de tributação do ICMS considerando que foram vendas para o mercado interno, quando o correto seria vendas para o mercado externo, que não incide o ICMS. A Companhia aguarda julgamento na primeira instância administrativa; ii) auto de infração no montante de R\$23.413, referente a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de outubro de 2012 a janeiro de 2013 em decorrência da glosa de diversos créditos dessas contribuições apurados entre 2012 e 2015, o mesmo está aguardando julgamento; iii) auto de infração no montante de R\$21.551, referente à autuação de ICMS lançado sobre operações de serviços de transporte, devido por substituição tributária, de responsabilidade do remetente da mercadoria, realizado com base nas GIA's, à alíquota de 17% sobre operações internas e de 12% sobre operações interestaduais; o mesmo está aguardando julgamento; iv) auto de infração de ICMS do Estado de São Paulo no montante de R\$8.903. O referido processo foi julgado em julho de 2022, com decisão de segunda instância administrativa, julgada improcedente. A Companhia ajuizou ação anulatória, visando desconstituir o auto de infração, junto ao Tribunal de Impostos e Taxas – TIT/SP e v) os demais valores no montante de R\$233.465, se referem a ações diversas, com valores individuais menores, em que a Companhia figura como ré e aguarda julgamento.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$1.362.038 (R\$862.726 em 31 de dezembro de 2021) é composto por 24.444.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 18 de abril de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital em R\$499.314, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2021, passando o Capital social a ser de R\$1.362.038.

14.2. Reserva legal

O saldo de reserva legal, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou R\$20.967 (R\$17.693 em 31 de dezembro de 2021) a título de reserva legal.

14.3. Reserva de incentivos fiscais

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou o valor de R\$35.526 referente a deságio por liquidações antecipadas de ICMS dos programas FOMENTAR e PRODUIR e R\$338.706 referente a benefícios fiscais gerados pelo PRODEIC ICMS-MT e Crédito Outorgado ICMS-GO, totalizando R\$374.232 (R\$411.813 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia destinou à reserva de incentivos fiscais, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$288.601 (R\$297.697 em 31 de dezembro de 2021), que corresponde ao saldo remanescente das reservas apuradas no período de 2020 (R\$89.128) e saldo parcial gerado no período de 2021 (R\$199.473).

A Companhia deverá, com lucros apurados em exercícios subsequentes, complementar a reserva de incentivos fiscais em R\$586.571 referente aos incentivos fiscais apurados nos seguintes períodos para os quais devido a insuficiência de lucro em 31 de dezembro de 2022, não foi constituído a reserva: (i) R\$212.339 referente saldo remanescente ao período findo em 2021, e (ii) R\$374.232 referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

As doações e subvenções destinadas serão tributadas caso haja:

- Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos.
- Restituição de capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social, nos cinco anos anteriores à data da doação ou da subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou da subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos.
- Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios.

14.4. Reserva de reavaliação e custo atribuído (ajuste de avaliação patrimonial)

A realização da reserva de reavaliação é creditada a lucros acumulados, na proporção da realização dos respectivos bens do imobilizado, mediante depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados e a realização do custo atribuído, líquida dos efeitos tributários, é creditada a lucros acumulados, na proporção da realização dos respectivos bens do imobilizado, mediante depreciação, venda ou baixa dos bens avaliados.

14.5. Plano de benefício pós-emprego - ganhos (perdas) atuariais

Os ajustes de ganhos (perdas) atuariais referentes ao plano de benefício pós-emprego são registrados em ajuste de avaliação patrimonial e sobre estes ajustes são calculados o imposto de renda e a contribuição social diferidos, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os ganhos (perdas) atuariais são calculados anualmente pela Administração, devido à imaterialidade dos possíveis efeitos nos períodos e estão somente apresentados na nota explicativa nº 26.

14.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social, os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 10% calculados sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	348.744	353.867
(-) Constituição de reserva legal	(17.437)	(17.693)
Juros sobre capital próprio (a)	(45.000)	(45.000)
Realização da reserva de reavaliação	1.259	2.697
Realização do custo atribuído ao imobilizado	1.035	3.826
Lucro passível de distribuição	288.601	297.697
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(288.601)	(297.697)
Lucro base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios	-	-

A Companhia efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o registro de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$45.000, e valores líquidos do imposto de renda retido na fonte no montante de R\$38.250, pagos em dezembro de 2022, utilizando como base a taxa da TJLP para o exercício compreendido entre janeiro a dezembro de 2022, aplicada sobre o patrimônio líquido de novembro de 2022. Aprovado através de reunião dos acionistas realizada em 22 de dezembro de 2022.

Em 16 de abril de 2021, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi comunicado que não havia dividendos adicionais a serem distribuídos referentes ao exercício de 2020.

(a) Segue abaixo o montante distribuído de juros sobre capital próprio por ação em R\$:

Juros sobre capital próprio distribuído por ação	2022	2021
Juros sobre capital próprio	45.000	45.000
Número de ações durante os exercícios (milhares)	24.444	24.444
Juros sobre capital próprio distribuído por ação - R\$	<u>1,84</u>	<u>1,84</u>

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Farelo de soja	3.990.098	3.423.468	3.899.103	3.654.001
Biodiesel	2.832.400	2.699.828	2.832.400	2.699.828
Soja em grãos	239.412	157.676	239.759	157.755
Óleo de soja refinado	396.007	254.427	396.007	254.427
Farináceos	265.011	231.329	265.003	231.329
Óleo de soja bruto	95.225	61.451	95.283	61.447
Milho em grãos	232.511	89.825	234.493	88.638
Óleo de milho refinado	91.275	76.546	91.275	76.546
Farelo de milho	58.719	71.250	58.719	71.250
Produtos mix	90.925	79.902	90.917	79.902
Farelo de girassol	27.378	16.847	27.378	16.847
Óleo de girassol refinado	116.755	84.037	116.755	84.037
Óleo de canola refinado	15.195	11.099	15.195	11.099
Serviços de transporte e armazenagem	37.077	27.836	37.077	27.836
Lecitina de soja	106.165	60.523	102.870	61.445
Glicerina	194.076	154.074	196.982	152.974
Sementes de soja/milho/girassol	63.916	34.949	63.916	34.949
Outros produtos	39.557	49.830	39.557	49.830
	<u>8.891.702</u>	<u>7.584.897</u>	<u>8.802.689</u>	<u>7.814.140</u>

A reconciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta	8.891.702	7.584.897	8.802.689	7.814.140
Menos:				
Impostos sobre vendas	(138.625)	(194.133)	(138.625)	(194.133)
Devoluções e abatimentos	(40.952)	(18.743)	(37.688)	(27.756)
Receita operacional líquida	<u>8.712.125</u>	<u>7.372.021</u>	<u>8.626.376</u>	<u>7.592.251</u>

As receitas líquidas podem ser segregadas por mercado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercado interno	5.248.314	4.646.278	5.248.314	4.646.278
Mercado externo	<u>3.463.811</u>	<u>2.725.743</u>	<u>3.378.062</u>	<u>2.945.973</u>
Receita líquida	<u>8.712.125</u>	<u>7.372.021</u>	<u>8.626.376</u>	<u>7.592.251</u>

A receita com Biodiesel a partir de janeiro de 2022 é executada junto diversas distribuidoras através de mercado livre e até 31 de dezembro de 2021 era executada através do cliente Petrobras S.A., a qual representou 33% em 31 de dezembro de 2022 e 36% em 31 de dezembro de 2021 da receita líquida consolidada.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matéria-prima	(6.765.864)	(5.510.027)	(6.765.864)	(5.510.027)
Fretes	(631.735)	(472.229)	(631.735)	(472.229)
Despesas com pessoal	(270.673)	(241.091)	(270.673)	(241.091)
Remuneração aos administradores	(23.664)	(20.763)	(23.664)	(20.763)
Despesas exportação e portuárias	(48.857)	(57.747)	(84.917)	(75.057)
Energia e combustíveis	(161.473)	(124.351)	(161.473)	(124.351)
Depreciação e amortização	(68.404)	(64.806)	(68.404)	(64.806)
Embalagens	(56.060)	(46.233)	(56.060)	(46.233)
Insumos	(104.333)	(73.619)	(104.333)	(73.619)
Manutenção	(60.279)	(48.700)	(60.279)	(48.700)
PCE clientes e adiantamento a fornecedores	(329)	887	(329)	887
Serviços prestados por terceiros	(27.743)	(47.471)	(28.142)	(48.952)
Comissão sobre vendas	(33.224)	(28.970)	(33.224)	(28.970)
Publicidade	(8.104)	(5.464)	(8.104)	(5.464)
Comunicação de dados	(17.756)	(15.132)	(18.283)	(15.677)
Despesas com veículos	(10.543)	(8.904)	(10.543)	(8.904)
Aluguel	(674)	(955)	(1.074)	(1.377)
Repositores	(4.334)	(4.077)	(4.334)	(4.077)
Viagens e estadias	(4.271)	(2.030)	(4.271)	(2.030)
Seguros	(8.198)	(3.571)	(8.198)	(3.571)
Receita(custos) com operações de recompra e prêmio	-	-	(81.294)	32.904
Variação cambial (custos) diferença valor de venda da Caramuru para estoque Intergrain	-	-	(1.875)	(4.894)
Outras despesas	(65.561)	(129.527)	243.611	(201.575)
Total	<u>(8.372.079)</u>	<u>(6.904.780)</u>	<u>(8.183.462)</u>	<u>(6.968.576)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Classificado como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	(8.011.933)	(6.514.014)	(7.783.952)	(6.552.552)
Comerciais	(158.615)	(168.075)	(194.676)	(185.537)
Gerais e administrativas	(201.181)	(223.578)	(204.484)	(231.374)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber e adiantamentos	(350)	887	(350)	887
Total	(8.372.079)	(6.904.780)	(8.183.462)	(6.968.576)

17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente de uma Companhia que atua em atividades industrial e/ou comercial a partir das quais pode gerar receita e incorrer em custos/despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e custos/despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem de contribuição, e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos.

Não há transações entre os segmentos e a Companhia não aloca, despesas administrativas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Os fatores preponderantes que levaram a Companhia a definir seus segmentos operacionais estão relacionados a capacidade de cada um destes segmentos de negócio auferirem receitas e incorrem em despesas, sendo os resultados operacionais regularmente analisados e revisitados pelo “Gestor do Negócio”, tendo isto como premissa para fins de tomada de decisões no que tange a alocação de recursos, se pautando pela avaliação de desempenho do respectivo negócio com base no lucro bruto, ou seja, a capacidade de cada produto dentro de seu segmento de gerar resultados para custear os gastos fixos e gerando lucratividade ao negócio.

Os resultados são analisados mensalmente pelo “Gestor do Negócio”, considerando a receita bruta, deduzida dos impostos, devoluções e custo dos produtos/mercadorias vendidos. Ou seja, o lucro bruto de cada um dos segmentos.

Os custos dos produtos/mercadorias vendidos, comum aos segmentos foram alocados de acordo com a margem gerada de cada segmento.

Os segmentos operacionais definidos pela companhia visam agrupar os negócios que possuem características econômicas semelhantes entre si, observando aspectos como a natureza dos produtos, dos seus processos produtivos, o tipo ou categoria de clientes destes produtos, os métodos utilizados pela companhia na distribuição dos produtos, bem como a natureza do ambiente regulatório, no caso dos Biocombustíveis.

Neste sentido a Companhia segmentou suas atividades em quatro grandes frentes, sendo elas: “Commodities” diferenciadas, “Commodities”, Biocombustíveis e Produtos de consumo & outros.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as informações por segmento operacional estão assim representadas:

SEGMENTAÇÃO	Consolidado									
			Soja						Produtos de consumo e outros	
			Commodities diferenciadas		Commodities		Biocombustíveis			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	8.626.376	7.592.251	3.106.606	2.784.669	1.668.625	1.401.261	2.591.766	2.510.452	1.259.379	895.869
Custos dos produtos vendidos	(7.599.621)	(6.183.783)	(2.522.697)	(1.955.774)	(1.575.780)	(1.237.545)	(2.493.056)	(2.319.541)	(1.008.088)	(670.923)
Custos dos produtos vendidos - fretes	(111.628)	(95.133)	(63.482)	(55.986)	(10.094)	(11.058)	(10.732)	(12.895)	(27.320)	(15.194)
Custos dos produtos vendidos (ajustes)	(72.703)	(273.636)	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	<u>842.424</u>	<u>1.039.699</u>	<u>520.427</u>	<u>772.909</u>	<u>82.751</u>	<u>152.658</u>	<u>87.978</u>	<u>178.016</u>	<u>223.971</u>	<u>209.752</u>
Margem Bruta	10%	14%	17%	28%	5%	11%	3%	7%	18%	23%

	2022	2021
Receita por localização geográfica:		
Brasil	5.417.643	4.858.966
Uruguai	652.760	568.512
Ilhas Virgens Britânicas	637.719	271.953
Países Baixos	553.537	763.302
Cingapura	541.481	476.777
Suíça	361.824	30.720
Noruega	322.283	433.881
Estados Unidos da América	48.625	9.421
Alemanha	39.750	124.693
Turquia	28.231	15.697
Bélgica	21.947	11.488
Austrália	13.305	21.464
Emirados Árabes	8.330	11.903
França	7.224	10.659
Outros	148.030	204.704
Total	<u>8.802.689</u>	<u>7.814.140</u>
Menos:		
Impostos sobre vendas	(138.625)	(194.133)
Devoluções e abatimentos	<u>(37.688)</u>	<u>(27.756)</u>
Receita líquida	<u>8.626.376</u>	<u>7.592.251</u>

Commodities diferenciadas

Atualmente a Companhia adota como estratégia de crescimento a agregação de valor em commodities diferenciadas, sendo este um dos “pilares fundamentais” para o sucesso da organização. Neste sentido a entidade buscou adicionar tecnologia em seus processos produtivos com o objetivo de desenvolver diferencial competitivo, como forma de se distanciar da “vala comum” das commodities do complexo soja, atuando na fabricação de produtos voltados a “nichos” de mercado que geram uma Margem de Contribuição superior ao das demais commodities.

Neste segmento, destacam-se os produtos não “transgênicos”, ou não geneticamente modificados (Non-GMO), os quais possuem um vasto processo de controle, que tem por objetivo garantir a qualidade e certificar que toda matéria-prima originada e os produtos resultantes do processo de fabricação são livres de transgênicos por meio de um rigoroso sistema de rastreabilidade, que compreende toda a cadeia produtiva, a qual verifica desde a origem das sementes (plantio), passando pelo desenvolvimento vegetativo das plantas e da colheita, armazenamento, processamento nas indústrias, transporte, até a entrega do produto final, nos clientes localizados no Brasil e no mundo.

Ainda na busca de maior competitividade e seguindo a premissa de agregação de valor em commodities com emprego de tecnologia em seus meios de produção, a Companhia também buscou diversificar seu portfólio com produtos à base de matérias-primas “transgênicas” ou geneticamente modificadas (GMO), produtos como Farelo de Soja Hipro GMO e a Proteína Concentrada de Soja GMO (SPC GMO), os quais possuem um teor proteico mais elevado do que o Farelo de soja Pallets, cuja precificação se dá por meio da Bolsa de Chicago, EUA (CBOT) são exemplos.

Estes produtos diferentemente daqueles enquadrados simplesmente como Commodities, são precificados também com base na CBOT, no entanto, pelo seu teor de proteína superior, a sua remuneração é acrescida de bônus aos preços de referência, são os chamados prêmio ou ágio.

O segmento Commodities Diferenciadas está sob o comando do Diretor Internacional de Commodities, o qual é responsável pela definição das estratégias do negócio, formulação das políticas comerciais, gestão e acompanhamento dos resultados auferidos por estas operações.

Desta forma, os produtos listados acima, cuja principal característica transita no quesito agregação de valor em Commodities foram agrupados no segmento intitulado Commodities Diferenciadas e serão detalhados no item a seguir:

i) Proteína Concentrada de Soja Non-GMO (“Soy Protein Concentrate - SPC” Non-GMO)

Diante das crescentes restrições políticas e ambientais à pesca de peixes de menor valor agregado (anchovetas por exemplo) para produção de farinha de peixe utilizada como ração na criação de peixes de maior valor agregado, assim como os custos crescentes da pesca oceânica em função das mudanças climáticas, tem fomentado a procura por suprimento confiável de proteína para formulação e produção de rações destinada a aquicultura. Assim, o SPC surgiu como alternativa sustentável para substituir/complementar a farinha de peixe.

O SPC é produzido a partir do farelo Hipro (“high protein”) originado de matéria prima não geneticamente modificada (Non-GMO), apresentando teores de proteína acima de 60% e tem como principal destinação a fabricação de rações para peixes carnívoros e de alto valor agregado (salmão, truta, etc.) e camarão, tendo como destino o mercado europeu e escandinavo que demandam produtos Non-GMO sustentáveis e de alta qualidade.

ii) Proteína Concentrada de Soja GMO (“Soy Protein Concentrate - SPC” GMO)

Produto muito semelhante ao anterior (item “i”), se diferencia em sua essência apenas pela origem da matéria-prima usada em sua formulação ser geneticamente modificada (GMO). No entanto, o mesmo também possui um alto valor agregado, sendo este utilizado na formulação de ração para aquicultura, principalmente para produtores sul-americanos e do sudeste asiático. É alternativa de maior qualidade e fornecimento mais estável quando comparado à outras matérias-primas. A companhia seguindo a diretriz de agregar valor em commodities decidiu realizar novos investimentos, será instalada uma nova planta em Itumbiara-GO, a qual permitirá agregar valor ao Farelo Hipro GMO produzido atualmente.

iii) Farelo de Soja Hipro Non-GMO (48% proteína)

Este produto também se utiliza de matéria-prima livre de transgênico (Non-GMO), formulado a partir da soja em grãos que passa por um processo de descascamento, reduzindo o teor de fibras, o que permite uma maior concentração proteica. O Farelo com 48% de proteína é destinado ao mercado europeu que busca por alternativas sustentáveis com foco na segurança alimentar, valorizando os produtos “livres de transgênicos” por meio dos pagamentos de prêmios ou ágios pelos clientes. O produto é utilizado como ingrediente na composição de ração animal, principalmente aves e suínos.

iv) Farelo de Soja Hipro GMO (48% proteína)

Assim com o produto descrito no item iii o Farelo de Soja Hipro (“high protein”) oferece um alto valor energético e nutricional por possuir 48% de proteína, se diferenciando em sua essência apenas pelo fato de possuir matéria-prima geneticamente modificada (GMO) em sua formulação. O produto é destinado ao mercado asiático, árabe e parte da Europa como ingrediente na formulação de ração para o consumo animal: aves, suínos, bovinos e peixes. Sendo uma alternativa ao Farelo de Soja Pellets que possui um teor proteico menor e maior concentração de fibras, devido ao emprego de tecnologia no processamento da matéria-prima, com o descascamento da soja em grãos, reduzindo o teor de fibras e gerando um incremento de proteína, gerando maior valor agregado a esta “commodity” com pagamento de ágio pelo adicional proteico.

v) Lecitina de soja

A lecitina é um emulsificante natural com larga aplicação em vários segmentos no mercado de alimentos, químicos e farmacêuticos. Com o foco na indústria alimentícia para consumo humano: chocolates, margarinas, sorvetes, biscoitos, pães e massas, produtos instantâneos, doces, molhos e, também na fabricação de produtos dietéticos e farmacêuticos, devido ao seu alto valor nutritivo, e em cosméticos, devido à sua origem natural e vegetal.

vi) Glicerina

A glicerina bruta é extraída do processo do biodiesel nas 3 plantas (Ipameri-GO, São Simão-GO e Sorriso-MT). Em 2020 a companhia realizou grandes investimentos na planta fabril de Ipameri – GO seguindo as premissas de agregação de valor em seus produtos, iniciamos o processo de refino da glicerina bruta produzida por Ipameri, bem como permitindo o beneficiamento daquilo que é produzido nas outras duas fabricas. Os principais mercados consumidores da glicerina bidestilada são: indústria de cosméticos, indústria de alimentos (balas gomificadas e guloseimas) e indústria farmacêutica, mercados estes que não atingidos com a tecnologia da glicerina bruta.

Commodities

O termo Commodity corresponde a produtos de qualidade e características uniformes, que não são diferenciados de acordo com quem os produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional. A companhia decidiu por agrupar os produtos derivados do segmento soja que não possuem agregação de valor, incluindo a própria soja em grãos.

A empresa adotou como critério para esta segmentação, a análise de parâmetros quantitativos e critérios como a receita menor que 10% para agrupar a soja em grãos e seus derivados que não possuem emprego de tecnologia e/ou diferencial competitivo no segmento “Commodities”. Agrupou ainda a estes segmentos os produtos que possuem características econômicas semelhantes entre si, ou seja, produtos de baixo valor agregado destinados a alimentação animal.

A companhia observou ainda aspectos como a natureza dos produtos, onde indicamos que os produtos relacionados a este segmento têm como característica baixo valor agregado. Por fim, a segmentação compreende ainda os produtos, cujo seus processos produtivos são semelhantes, derivados do segmento soja em grãos, com clientes que também possuem características semelhantes.

O segmento Commodities tem como gestor o Diretor de Soja, sendo este responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Neste sentido, as características dos produtos que integram este segmento serão mais bem detalhadas a seguir.

Informação sobre produto

i) Soja em grãos

A Companhia tem como premissa o processamento e a agregação de valores em commodities, neste sentido, a comercialização de soja em grãos não é foco da empresa, sendo esta tratada como oportunidades de negócio pontuais, como a exportação de soja em grãos.

ii) Farelo de Soja Floculado/Peletizado-Pellets (46%)

Farelo com 46% de proteína destinado ao mercado interno para o consumo animal, principalmente aves e suínos.

iii) Farelo de Casca de Soja (“Hi Fiber”)

Farelo com baixa proteína e alta concentração de fibra, destinado ao consumo animal, principalmente bovinocultura (confinamento e pecuária de leite). Esse farelo sai do processo de descascamento da soja para fazer o Farelo Hipro. Ou seja, retira-se a casca da soja (fibra) e o farelo fica mais proteico.

iv) Semente de Soja

A Companhia realiza parcerias com instituições conceituadas como Embrapa e universidades federais com intuito de desenvolvimento de variedades de semente de soja NGMO para comercializar e manter relacionamento com produtores rurais. O intuito não é gerar margens nas vendas pois o principal objetivo é fomentar a parceria com nossos produtores no Programa N-GMO.

v) Óleo Bruto

O óleo bruto é insumo para a produção de Biodiesel ou mesmo destinado ao refino para produção de óleo envasado para consumo alimentício, no entanto, ele também é comercializado quando há excedente de produção ou mesmo quando as margens de contribuição estão melhores do que as do Biodiesel e/ou do óleo refinado.

vi) Melaço de Soja

É um subproduto do processo obtido do processo produtivo do SPC, onde o Farelo Hipro passa por um processo de extração de açúcares para concentração de proteína, sendo o mesmo destinado a alimentação animal como suplemento energético em confinamento de bovinos.

vii) Borra de Óleo de Soja

Subproduto derivado do processo de neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol.

viii) Ácido Graxo

Subproduto do processo da neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol, vendido no mercado interno e retornando como matéria-prima no processo de biodiesel.

ix) Destilado de Óleo de Soja - DDOS

Subproduto do processo da neutralização do óleo bruto e do refino de óleo de soja, milho e girassol e possui como principal destino a indústria farmacêutica com foco na concentração de vitamina “E” e extração de esteróis.

Biocombustíveis

A Companhia adotou como critério de definição do segmento de Biocombustíveis aspectos relacionados a natureza do ambiente regulatório, agrupando neste segmento os produtos regulamentados pela Agência Nacional do Petróleo-ANP. A entidade agrupou ainda a estes segmentos os produtos que possuem características semelhantes relacionados a natureza do produto e o seu processo produtivo, bem como a características econômicas deste segmento.

O segmento de Biocombustíveis tem como gestor a Coordenadora de mercado de Soja e Derivados, a qual está subordinada ao Diretor de Soja. Ela é a responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Informação sobre produto

i) Biodiesel (B100)

Biocombustível renovável produzido a partir do óleo de soja, tendo como principal cliente a Petrobrás, vendido através de leilões eletrônicos. Atualmente, a comercialização no mercado livre ainda não está autorizada, a não ser volumes inferiores a 10m³.

ii) Etanol de Soja

O álcool é extraído a partir da fermentação do melaço de soja, um subproduto do SPC. A planta de etanol de soja em Sorriso-MT é um projeto de inovação financiado pela FINEP, sendo uma das primeiras a produzir etanol de soja em escala comercial no mundo. O álcool será usado em nosso processo produtivo e o excedente comercializado.

Produtos de consumo & outros

A Companhia estabeleceu como diretriz para agrupar os produtos que compõem o segmento “Produtos de Consumo & outros”, critérios como a natureza dos produtos, onde podemos observar que estes estão relacionados ao processamento das matérias-primas milho e girassol. Outra análise realizada para o agrupando destes produtos no segmento “Produtos de Consumo & outros” está ligado ao fato destes possuírem características semelhantes no que tange à categoria de clientes, bem como os métodos utilizados para distribuição dos produtos/mercadorias, principalmente dos derivados de canjica de milho, óleos especiais, produtos mix.

Neste segmento se destacam os produtos da tradicional marca Sinhá, ela está presente em grande parte das cozinhas de todas as regiões do Brasil. A marca Sinhá tem mais de 35 anos de atuação e se confunde com a história da própria Caramuru. Possui uma variada linha de produtos, com destaque para: óleos vegetais (milho, girassol, canola e soja), azeites de oliva, pipocas de micro-ondas, farofas, proteínas texturizadas de soja e farináceos derivados de milho como Fubá, Cuscuz e Flocão, entre outros. Além de diversos outros produtos que integram a linha “mix” que ampliam o portfólio de produtos da companhia.

Além da consagrada marca Sinhá, estão inseridos neste segmento os produtos da marca Bontrato destinados a alimentação pet, bem como uma extensa linha de insumos voltada às indústrias alimentícias, de bebidas e mineração compreendidos nas marcas Nekmil, Flocomil, Fecomil, Cermil, Colormil e FlotaMil. A entidade também adotou como diretriz para estabelecer o agrupamento dos produtos que integram este segmento, uma análise de parâmetros quantitativos relacionados a receita, agrupando os produtos de menor participação no resultado, enquadrando-os como “outros”.

O diretor Comercial é o gestor do segmento de Produtos de Consumo & Outros, sendo ele o responsável pela definição das políticas comerciais, das estratégias do negócio, assim como da gestão e acompanhamento dos resultados alcançados pelas suas operações.

Informação sobre produto e serviço

i) Exportação de Milho em grãos:

A companhia tem como premissa o processamento e a agregação de valores em commodities, neste sentido, a comercialização de milho em grãos não é foco da empresa, sendo esta tratada como oportunidades de negócio pontuais, como a sua exportação.

ii) Derivados de Canjica de Milho (Fubá, Canjica, Canjiquinha, Creme de Milho, Farinha de Milho, Flocos de Milho (Cuscuz), Flocão, Polenta, Colorífico, Sêmola de Milho, Gritz de Milho e outros):

Temos 2 segmentos atendidos com os derivados de milho: consumo final, onde os produtos são empacotados até 1kg consumidos em pratos de alto consumo na Região Norte e Nordeste como o cuscuz atendidos pela marca Sinhá. Já os produtos destinados ao consumo industrial são as indústrias de snacks, mineração, massas e biscoitos e condimentos que integram o portfólio das marcas Nekmil, Flocomil, Fecomil, Cermil, Colormil e FlotaMil.

iii) Derivados de Gérmen de milho (Óleo de Milho Bruto e Farelo de Gérmen):

Da degerminação do milho, separamos a canjica e gérmen de milho. Do gérmen de milho extraímos o óleo de milho, que é refinado e envasado. Após extraído o óleo de milho, obtemos o farelo do gérmen, que tem como principais clientes indústrias de ração pet.

iv) Óleos Especiais:

Integram os óleos especiais o óleo refinado/envasado de milho, óleo refinado/envasado de girassol, óleo refinado/envasado de canola. Os óleos especiais comestíveis são destinados principalmente para o consumo das famílias das classes sociais A/B e C, como alternativas mais saudáveis quando comparados ao óleo de soja.

v) Derivados de Girassol (Óleo Bruto de Girassol e Farelo de Girassol):

Os produtos Óleo Bruto de Girassol e Farelo de Girassol são derivados do processamento da semente de girassol. A prioridade é refinar e envasar o óleo de girassol, no entanto, o mesmo pode ser comercializado em seu estado bruto ou refinado a granel, por questões pontuais de mercado, visando maximização suas margens de contribuição. Já o farelo de girassol possui 28% de proteína, tem como destino o consumo animal (aves e bovinos).

vi) Produtos Mix:

Chamamos de produtos mix, todos os produtos que comercializamos e que não derivam dos nossos principais processos produtivos de soja, milho e girassol. O objetivo dos mixes é ter um amplo portfólio de produtos e oferecer ao cliente um leque de opções de produtos alimentícios de qualidade juntamente com aqueles derivados de nossos processos.

- Produção Própria

Estão relacionados na categoria Produtos Mix de produção própria a Canjica de milho branco, amido de milho, cereais (Feijão branco, painço, alpiste, girassol em grãos, amendoim, grão-de-bico, lentilha), pipoca para micro-ondas, milho de pipoca tradicional, óleos saborizados, proteína texturizada de soja.

- Produção Terceirizada

Integram a categoria Produtos Mix de produção terceirizada a aveia em flocos, leite de coco, óleo de coco, coco ralado, batata palha, azeite, creme de cebola, farofa de mandioca pronta, macarrão instantâneo, mistura/tempero para empanar, molho cremoso condimentados, sopão e tempero em pó, trigo para quibe.

vii) Outros:

Estão compreendidos em “Outros” produtos a energia elétrica excedente da cogeração, resinas, polímeros, químicos, fertilizantes, receitas de prestação de serviço de armazenagem, resíduos, dentre outros.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas tributárias	(59.883)	(40.338)	(59.883)	(40.338)
Receitas com aluguéis	4	4	4	4
Ganho (perda) líquida apurada na venda de ativo imobilizado	649	2.956	649	2.956
Receita adicional pela qualidade do produto (exportação)	-	-	3.192	9.226
Reconhecimento parcial crédito PIS/COFINS extemporâneo	8.400	2.886	8.400	2.886
Indenização de transportadora por perda no transporte de produtos	8.087	16.035	8.087	16.035
Indenização(reversão) danos materiais – Porto Santos-SP	-	(2.306)	-	(2.306)
Crédito presumido de IPI (Pis/Cofins s/Exportações) Extemporâneo	25.841	-	25.841	-
Provisão possível não realização crédito PIS/COFINS s/alargamento base cálculo e Pis semestralidade	-	(26.942)	-	(26.942)
Provisão possível não realização crédito ICMS gerados anos 2008 a 2014	-	(7.070)	-	(7.070)
Constituição de crédito PIS/COFINS s/exclusão BC ICMS	579	1.927	579	1.927
Provisão possível não realização crédito-CONAB	-	(13.026)	-	(13.026)
Provisão (reversão) para riscos e outras	(2.219)	42.732	(2.219)	42.732
Outras, líquidas	1.819	3.295	1.819	3.295
	<u>(16.723)</u>	<u>(19.847)</u>	<u>(13.531)</u>	<u>(10.621)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>				
Variação cambial ativa - adiantamento de contrato de câmbio/pré-pagamento (*)	411.916	285.419	411.916	285.419
Variação cambial ativa - contratos futuros (*)	59.570	47.469	59.570	47.469
Variação cambial ativa - NCE (*)	65.249	28.984	65.249	28.984
Variação cambial ativa - clientes no exterior/câmbio pronto (*)	268.238	256.951	269.805	257.835
Variação cambial da investida no exterior	-	-	10.399	9.390
Variação cambial ativa – outros	10.851	19.342	14.936	26.838
“Forward”/“swap”/câmbio travado (*)	415.787	180.563	415.787	180.563

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>				
Variação monetária ativa	89	70	89	70
Juros ativos	153.562	27.686	153.714	27.449
Descontos obtidos	590	1.555	590	1.555
Outras receitas	24.536	4.197	24.536	4.197
	<u>1.410.388</u>	<u>852.236</u>	<u>1.426.591</u>	<u>869.769</u>

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras:				
Variação cambial passiva - adiantamento sobre contrato de câmbio / pré-pagamento (*)	(381.269)	(356.688)	(381.269)	(356.688)
Variação cambial passiva - contratos futuros (*)	(73.124)	(50.936)	(73.124)	(50.936)
Variação cambial passiva - NCE (*)	(47.228)	(38.087)	(47.228)	(38.087)
Variação cambial passiva - clientes no exterior/câmbio pronto (*)	(297.035)	(193.092)	(298.970)	(195.834)
Variação cambial da investida no exterior	-	-	(16.040)	(14.575)
Variação cambial passiva – outros	(14.347)	(16.001)	(16.221)	(20.895)
“Forward”/“swap”/câmbio travado (*)	(272.836)	(211.763)	(272.836)	(211.763)
Juros passivos	(356.744)	(212.583)	(370.182)	(210.791)
Descontos concedidos	(3.955)	(2.809)	(3.955)	(2.809)
Variação monetária passiva	(690)	(1.071)	(690)	(1.071)
Despesas bancárias	(12.936)	(10.911)	(13.206)	(16.716)
Outras despesas	(2.368)	1.553	(2.368)	1.553
	<u>(1.462.532)</u>	<u>(1.092.388)</u>	<u>(1.496.089)</u>	<u>(1.118.612)</u>
Resultado financeiro	<u>(52.144)</u>	<u>(240.152)</u>	<u>(69.498)</u>	<u>(248.843)</u>

- (*) Os resultados líquidos financeiros, registrados nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, relacionados à proteção (“hedge”) dos custos de aquisição de matéria-prima, à exposição e às oscilações das taxas de câmbio de contratos, produziram os efeitos demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Efeitos positivos	1.220.760	799.386	1.222.327	800.270
Efeitos negativos	(1.071.492)	(850.566)	(1.073.427)	(853.308)
Total	<u>149.268</u>	<u>(51.180)</u>	<u>148.900</u>	<u>(53.038)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as operações relacionadas à proteção (“hedge”), as quais não haviam sido efetivamente recebidas nem desembolsadas na data das demonstrações financeiras, produziram os efeitos demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Efeitos positivos	663.983	447.069	663.983	447.069
Efeitos negativos	(626.282)	(479.942)	(626.282)	(479.942)
Total	<u>37.701</u>	<u>(32.873)</u>	<u>37.701</u>	<u>(32.873)</u>
Resultado líquido realizado relacionado à proteção (“hedge”)	111.567	(18.307)	111.199	(20.165)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Caramuru Alimentos S.A. é uma sociedade por ações constituída no Brasil. Seu capital é exclusivamente nacional e é controlada pela família Borges de Souza que detém holdings familiares brasileiras, Nagatsuzuki Participações Ltda., Calixbento Participações Ltda., Holding Star Participações Ltda. e JBPS Participações Ltda., e os acionistas pessoas físicas.

Os saldos e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 com a controladora e partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

a) Empresas do Grupo:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>				
Controlada em conjunto:				
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	4.156	238	4.156	238
Terminal São Simão S.A. (a)	144	56	144	56
<u>Controlada</u>				
Intergrain Company Ltd. (a)	623.939	928.863	-	-
Total	<u>628.239</u>	<u>929.157</u>	<u>4.300</u>	<u>294</u>
 Não Circulante				
Controlada:				
Intergrain Company Ltd. (c)	54.349	56.627	-	-
	<u>54.349</u>	<u>56.627</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
 Passivo				
Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>				
Controlada em conjunto:				
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	-	851	-	851
Total	<u>-</u>	<u>851</u>	<u>-</u>	<u>851</u>
<u>Não circulante</u>				
Controlada:				
Intergrain Company Ltd. (b)	208.708	-	-	-
Total	<u>208.708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
 Resultado				
Resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Receitas</u>				
Controlada:				
Intergrain Company Ltd. (a)	3.381.134	2.522.326	-	-
Controlada em conjunto:				
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	2.654	3.462	2.654	3.462
Total	<u>3.383.788</u>	<u>2.525.788</u>	<u>2.654</u>	<u>3.462</u>

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Custos</u>				
Controlada:				
Intergrain Company Ltd. (a)	1.382	3.787	1.382	3.787
Total	1.382	3.787	1.382	3.787
<u>Custos/Despesas</u>				
Controlada em conjunto:				
Terminal XXXIX de Santos S.A. (a)	15.851	29.805	15.851	29.805
Total	15.851	29.805	15.851	29.805

- (a) As transações classificadas como contas a receber, no ativo circulante, são mercantis e referem-se à venda de produtos diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes. As despesas referem-se aos serviços de embarque e desembarque de soja e seus derivados. Os vencimentos obedecem ao que está estabelecido nos contratos, com prazo médio de 30 dias. As transações com a Intergrain são realizadas substancialmente em dólar e não há incidência de encargos nestas transações. O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, são mercantis e referem-se compra de serviços diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia com preços e condições determinados entre as partes.
- (b) O saldo de contas a pagar é representando por contratos de pré-pagamento, sem cobrança de juros e com variação cambial, a data de liquidação final prevista para janeiro de 2029.
- (c) O saldo é representado por contrato de mútuo, que se refere a recursos antecipados pela controladora à controlada para que esta possa fazer face às operações de futuros, sendo cobrados encargos financeiros de 2,5% ao ano mais LIBOR até a data de liquidação final prevista para junho de 2024.

A Companhia é garantidora em conjunto com a Rumo S.A. (por aval dos acionistas) na transação de empréstimo de capital de giro no montante de R\$239.065, posição de 31 de dezembro de 2022, contratado pela sua controlada em conjunto Terminal XXXIX de Santos S.A..

b) Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$23.664 (R\$20.764 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e consolidado. Em 31 de dezembro de 2022, o valor a pagar aos principais administradores é de R\$6.478 e está registrado na rubrica de salários e encargos sociais no passivo circulante (R\$5.710 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia oferece benefícios de longo prazo conforme mencionado na nota explicativa nº 26.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, DERIVATIVOS, "HEDGE" E GESTÃO DE RISCOS

a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e depósitos em moeda estrangeira: reconhecidos pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor justo.
- Contas a receber: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 5.
- Empréstimos e financiamentos: comentados e apresentados na nota explicativa nº 11, os quais se aproximam do seu valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

A Companhia registra, com base nos valores justos, os ganhos e as perdas decorrentes de contratos futuros de compra e venda de mercadorias, contratos de opções de produtos, contratos de moeda a termo e contratos de "swap" cambial no resultado. As variações no valor justo (ganhos ou as perdas) de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado, nas linhas de receitas ou despesas financeiras.

Para os contratos futuros de compra e venda de mercadorias, contratos de opções de produtos, os ganhos ou as perdas com esses instrumentos financeiros são contabilizados em contrapartida ao custo dos produtos vendidos e para os contratos de moeda a termo (NDF) e contratos de "swap" cambial em contrapartida ao resultado financeiro.

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo Amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	2.251.060	812.234	2.251.060	822.750
Aplicações financeiras	4.253	8.529	4.253	8.529
Depósito bancário em moeda estrangeira	-	-	417.352	1.178.061
Contas a receber - circulante e não circulante	320.848	347.016	585.068	461.329
Contas a receber com Partes relacionadas - circulante e não circulante	682.588	985.784	4.300	294
Adiantamento a fornecedores	132.549	131.546	132.549	131.546
Outras contas a receber - circulante e não circulante	108.927	59.708	115.755	73.888
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:				
Depósito caução e ajuste de contratos futuros	1.492.626	1.017.437	1.521.451	1.017.437
Contratos de "forward" e "swap" a receber	67.132	27.289	67.132	27.289

Instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	3.979.336	3.082.828	4.191.436	3.306.047
Adiantamento de clientes	12.269	14.900	14.320	17.946
Partes relacionadas – circulante e não circulante	208.708	851	-	851
Outras contas a pagar – circulante e não circulante	52.829	53.789	52.878	53.793
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:				
Fornecedores	713.780	418.870	741.275	439.526
Ajuste de contratos futuros	1.653.811	1.040.212	1.653.811	1.050.419
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	29.116	33.612	29.116	33.612

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas, que não em uma venda forçada ou liquidação. A Companhia adota a abordagem de mercado para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar os valores justos:

- A Companhia firma instrumentos financeiros derivativos com várias contrapartes, principalmente instituições financeiras com classificação de crédito em grau de investimento. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros, contratos a termo de câmbio, contrato futuro de compra e venda e contratos a termo de mercadorias (“commodities”). As técnicas de avaliação aplicadas com mais frequência incluem determinação de preço futuro e modelos de contratos a termo e “swap”, utilizando cálculos de valor presente.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2 pois considera outras variáveis na mensuração e não apenas o preço dos produtos.

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora 31/12/2022		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.492.626	1.492.626
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.653.811)	(1.653.811)
Contrato de “forward” e “swap” a receber	67.132	67.132
Contrato de “forward” e “swap” a pagar	(29.116)	(29.116)
	<u>(123.169)</u>	<u>(123.169)</u>
Controladora 31/12/2021		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.017.437	1.017.437
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.040.212)	(1.040.212)
Contrato de “forward” e “swap” a receber	27.289	27.289
Contrato de “forward” e “swap” a pagar	(33.612)	(33.612)
	<u>(29.098)</u>	<u>(29.098)</u>
Consolidado 31/12/2022		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.521.451	1.521.451
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.653.811)	(1.653.811)
Contrato de “forward” e “swap” a receber	67.132	67.132
Contrato de “forward” e “swap” a pagar	(29.116)	(29.116)
	<u>(94.344)</u>	<u>(94.344)</u>
Consolidado 31/12/2021		
Instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo
Depósito caução e ajuste de contratos futuros a receber	1.017.437	1.017.437
Ajustes de contratos futuros a pagar	(1.050.419)	(1.050.419)
Contrato de “forward” e “swap” a receber	27.289	27.289
Contrato de “forward” e “swap” a pagar	(33.612)	(33.612)
	<u>(39.305)</u>	<u>(39.305)</u>

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia realiza as seguintes operações:

c.1) Contratos futuros - Bolsa de Chicago

A Companhia utiliza os contratos futuros de compra e venda e contratos de opções do mercado de derivativos da Bolsa de Chicago - “Chicago Board of Trade - CBOT”, como mecanismo de “hedge” para se proteger contra possíveis oscilações de preços do complexo de soja e seus derivados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou operações de “hedge” na CBOT, sem fins especulativos, com o único objetivo de proteger seus ativos contra oscilações de preço dessas “commodities” no mercado internacional.

Os contratos futuros são valorizados pelo valor justo, baseado nas cotações da CBOT nas datas das demonstrações financeiras. Os valores decorrentes das operações no mercado futuro que estão evidenciadas em contas patrimoniais são:

- (i) Depósito caução e de margem inicial: nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia. Essa margem é referente a recursos financeiros caucionados pelas corretoras de futuros quando da abertura de posições no mercado futuro. Esses valores serão creditados em conta corrente quando do encerramento e/ou liquidação dessas posições.
- (ii) Margem excedente ou deficitária: são recursos financeiros mantidos em contas-correntes de corretoras para suportar as remessas de ajustes diários de transações no mercado futuro, provenientes de flutuações de preços destes contratos nos mercados futuros e de opções.
- (iii) Prêmio de opções a vencer (“put” - soja): instrumentos utilizados pela Companhia para se proteger de um possível inadimplemento nos contratos de fixação de preço de longo prazo (contratos de garantia de compra de safra futura). Os prêmios pagos e recebidos em relação às opções compradas e vendidas estão classificados no ativo circulante (ganhos) ou no passivo circulante (perdas) e são avaliados mensalmente pelo seu valor justo e reconhecidos no resultado quando incorridos. Essa premissa é parte integrante do Plano Operacional da Área de “Commodities”.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são assim apresentados:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Contrato futuro – CBOT</u>		
Depósito caução e de margem excedente	106.051	147.736
Derivativos-opções a vencer	911	2.706
Variação de mercado futuro a realizar	(92.797)	(80.397)
	<u>14.165</u>	<u>70.045</u>
<u>Contrato futuro – Balcão</u>		
Variação de mercado contratos futuros de soja	(89.404)	(59.909)
	<u>(89.404)</u>	<u>(59.909)</u>
Total dos contratos futuros	<u>(75.239)</u>	<u>10.136</u>

c.2) Contratos a termo - prêmio Paranaguá

O prêmio de exportação da soja brasileira no Porto de Paranaguá representa um mecanismo para relacionar as cotações da CBOT ao mercado local e é um valor somado a esta cotação para se obter o preço a ser recebido pelo exportador. A cotação desse prêmio é feita por corretoras do mercado físico e pode ser positiva (ágio) ou negativa (deságio) sobre as cotações do produto na CBOT. Esses prêmios são negociados na base Porto de Paranaguá, devido à liquidez desse instrumento naquele porto, e oscilam em função da cotação da CBOT, da oferta e da demanda e de outros fatores como qualidade da mercadoria, situação portuária, origem do produto e eficiência do porto embarcador.

A Companhia utiliza os contratos de prêmios de compra e venda no Porto de Paranaguá como mecanismo de “hedge” para se proteger contra possíveis oscilações dessa variável na formação do preço da soja e de seus derivados. Quando a Companhia adquire a matéria-prima de produtores rurais para processamento ou exportação em período posterior, faz-se necessário utilizar esse instrumento de proteção.

O resultado líquido dessas operações consiste na diferença positiva ou negativa entre o “flat price” (cotação da CBOT + prêmio Paranaguá) de compra e de venda, no momento em que a Companhia liquida essas posições. O resultado das liquidações dos contratos de vendas no Porto de Paranaguá (ganho ou perda) é compensado por vendas físicas no mercado externo com embarque através do Porto de Santos ou por vendas feitas no mercado interno.

A Companhia registra os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo, tendo como base as cotações, base Paranaguá fixado, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para as datas de vencimento, sendo os ganhos ou perdas registradas em contrapartida da rubrica de custos dos produtos e das mercadorias vendidas e dos serviços prestados na demonstração do resultado do exercício. O efeito registrado em 31 de dezembro de 2022, foi positivo em aproximadamente R\$28.826 (R\$10.207 negativo em 31 de dezembro de 2021).

A avaliação da Administração da Companhia é de que tais operações, representadas substancialmente por contratos futuros de soja e derivados e contratos de venda e compra do prêmio Paranaguá, são suficientes para garantir a integridade do valor de seus ativos relacionados a tais “commodities”.

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é como segue:

Instrumentos	Instrumentos financeiros derivativos - CBOT					
	Controladora					
	31/12/2022			31/12/21		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber	Valor de referência (nacional)	Valor justo (“fair value”)	Efeito acumulado a (pagar) receber
Contratos futuros:						
Posição comprada	887.884	909.941	22.057	882.806	939.653	56.847
Posição vendida	(1.741.560)	(1.856.972)	(115.412)	(2.721.420)	(2.859.925)	(138.505)
Total em R\$	(853.676)	(947.031)	(93.355)	(1.838.614)	(1.920.272)	(81.658)
Total em US\$	(163.612)	(181.504)	(17.892)	(329.471)	(344.104)	(14.633)
Contratos de opções:						
Posição titular de opção de venda:						
Compra de “put” – soja	26.538	27.096	558	53.151	54.412	1.261
Total em R\$	26.538	27.096	558	53.151	54.412	1.261
Total em US\$	5.086	5.193	107	9.524	9.750	226
Futuros mais opções R\$				(1.785.463)	(1.865.860)	(80.397)

Instrumentos financeiros derivativos - CBOT						
Consolidado						
Instrumentos	31/12/2022			31/12/21		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado a (pagar) receber	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acumulado a (pagar) receber
Contratos futuros:						
Posição comprada	887.884	909.941	22.057	882.806	939.653	56.847
Posição vendida	(1.741.560)	(1.856.972)	(115.412)	(2.721.420)	(2.859.925)	(138.505)
Total em R\$	(853.676)	(947.031)	(93.355)	(1.838.614)	(1.920.272)	(81.658)
Total em US\$	(163.612)	(181.504)	(17.892)	(329.471)	(344.104)	(14.633)
Contratos de opções:						
Posição titular de opção de venda:						
Compra de "put" – soja	26.538	27.096	558	53.151	54.412	1.261
Total em R\$	26.538	27.096	558	53.151	54.412	1.261
Total em US\$	5.086	5.193	107	9.524	9.750	226
Futuros mais opções R\$				(1.785.463)	(1.865.860)	(80.397)
Contratos a termo						
Prêmio Paranaguá:						
Posição comprada - registrada em outras contas a pagar	4.416.834	2.201.547	(2.215.287)	4.805.173	2.429.069	(2.376.104)
Posição vendida - registrada em outras contas a receber	(4.443.821)	(2.199.708)	2.244.113	(4.783.256)	(2.417.359)	2.365.897
Total em R\$	(26.987)	1.839	28.826	21.917	11.710	(10.207)
Total em US\$	(5.172)	352	5.525	3.927	2.098	(1.829)

c.3) Compromissos de compras (Garantias de Preços)

A Companhia registra instrumentos financeiros derivativos referentes a compromissos de compra de soja em grãos de safra futura (2022/2023) e (2023/2024) com produtores rurais dos Estados de Goiás e Mato Grosso. A marcação a mercado dessas operações, que teve como base as cotações de fechamento de 31 de dezembro de 2022, para as respectivas datas futuras de vencimentos, leva em consideração todos os contratos futuros com preços fixos para recebimento de produtos de produtores sendo os ganhos ou perdas registrados, quando da comparação dos preços fixos dos contratos com os valores de mercado nos estoques, em contrapartida da rubrica de custos dos produtos e das mercadorias vendidas e dos serviços prestados.

As datas de vencimentos desses instrumentos derivativos firmados são determinadas em função da estimativa de entrega física da soja em grãos, conforme acordado com os produtores rurais. O efeito registrado em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em aproximadamente R\$89.404 (R\$59.909 negativo em 31 de dezembro de 2021). O efeito registrado em 31 de dezembro de 2022 anteriormente mencionado no montante de R\$89.404 é líquido de provisão para não realização de valor justo no montante de R\$7.291 devido às incertezas de realização dos compromissos de entrega futura das commodities pelos produtores rurais tendo em vista as significativas oscilações no preço ocorridas no fechamento do exercício de 2022.

d) Risco de taxas de câmbio

A variável macroeconômica que tem peso significativo no setor em que a Companhia atua, típico exportador, é a taxa cambial. Os resultados operacionais são fortemente influenciados por flutuações cambiais, uma vez que quase todas as receitas estão atreladas ao preço das "commodities" agrícolas referenciadas em dólares norte-americanos. O risco de taxa cambial é o risco de que alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que a Companhia incorra em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou ao aumento dos valores das obrigações.

A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, refere-se à flutuação do dólar norte-americano em relação ao real. A estratégia da Companhia é a de proteger-se da exposição excessiva aos riscos de variações cambiais, equilibrando seus ativos não denominados em reais contra suas obrigações também não denominadas em reais e utilizando instrumentos de proteção.

Exceto quanto ao estoque de “commodities”, os demais estoques da Companhia são registrados pelo custo histórico e não são ajustados pelo seu valor justo menos as despesas estimadas para se efetivar a venda. Mesmo sendo registrados em reais, seus preços de comercialização são referenciados em dólares norte-americanos. Dessa forma, os estoques representam um “hedge” natural contra as possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Uma valorização do real contra o dólar norte-americano tende a gerar um impacto negativo no resultado, visto que os custos logísticos e as despesas administrativas são denominados em reais. Parte dessa perda é compensada por um ganho nos estoques, denominados em reais, valerão mais dólares norte-americanos como efeito do “hedge” natural mencionado.

Para proteger seu caixa denominado em moeda estrangeira, suas receitas externas e seus débitos em moeda estrangeira, a Companhia também recorre ao mercado de derivativos por meio de operações diversas. A Companhia possui derivativos, que incluem “swap” de moeda (dólar norte-americano para CDI), trava de câmbio e operações de “forward”, para limitar a exposição às oscilações das taxas de câmbio, que estão relacionadas com seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

“Swap”: essa operação gerou perdas resultados para a Companhia em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$4.877 (ganhos de R\$529 em 31 de dezembro de 2021), na controladora e no consolidado.

“Forward” e compra futura: essas operações geraram ganhos para a Companhia no valor total de R\$42.893 (perdas de R\$6.852 em 31 de dezembro de 2021), na controladora e no consolidado, cuja contrapartida encontra-se registrada na rubrica “Forward’ a receber e a pagar”, no passivo circulante e ativo circulante, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência (“nocional”)	“Fair value” em 31/12/2022	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2022
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Comprada	32.682	32.476	(206)
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Comprada	56.624	56.162	(462)
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Comprada	225.222	224.107	(1.115)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Comprada	721.160	733.543	12.383
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Comprada	158.563	159.534	971
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Comprada	16.340	16.548	208
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	113.930	113.546	(384)
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Vendida	38.886	38.575	(311)
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	76.106	74.929	(1.177)
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	37.100	36.469	(631)
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Vendida	4.625	4.535	(90)
NDF (balcão - CETIP)	Julho-23	Vendida	2.532	2.446	(86)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	10.245	10.449	204

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência ("nocional")	"Fair value" em 31/12/2022	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2022
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Vendida	68.693	73.216	4.523
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	249.306	262.309	13.003
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	192.226	207.589	15.363
NDF (balcão - CETIP)	Maio-23	Vendida	27.730	28.118	388
NDF (balcão - CETIP)	Junho-23	Vendida	3.599	3.666	67
NDF (balcão - CETIP)	Julho-23	Vendida	7.397	7.536	139
NDF (balcão - CETIP)	Agosto-23	Vendida	11.740	11.785	45
NDF (balcão - CETIP)	Setembro-23	Vendida	412	473	61
					<u>42.893</u>
"SWAP" (balcão - CETIP)	Janeiro-23	Vendida	3.040	1.497	(1.543)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	138.551	127.340	(11.211)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Fevereiro-25	Vendida	140.868	139.017	(1.851)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-25	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-26	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-27	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-28	Vendida	20.000	19.939	(61)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Julho-29	Vendida	556.398	546.594	(9.804)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	65.844	69.282	3.438
"SWAP" (balcão - CETIP)	Agosto-23	Vendida	48.753	54.906	6.153
"SWAP" (balcão - CETIP)	Setembro-27	Vendida	375.821	386.006	10.185
					<u>(4.877)</u>
Ativo circulante					67.132
Passivo circulante					<u>(29.116)</u>
					<u>38.016</u>

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência ("nocional")	"Fair value" em 31/12/2021	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2021
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-22	Vendida	36.445	34.515	(1.930)
NDF (balcão - CETIP)	Março-22	Vendida	384.794	367.949	(16.845)
NDF (balcão - CETIP)	Abril-22	Vendida	213.327	204.854	(8.473)
NDF (balcão - CETIP)	Maio-22	Vendida	19.547	18.301	(1.246)
NDF (balcão - CETIP)	Julho-22	Vendida	20.628	20.310	(318)
NDF (balcão - CETIP)	Agosto-22	Vendida	2.470	2.402	(68)
NDF (balcão - CETIP)	Janeiro-22	Vendida	226.596	231.309	4.713
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-22	Vendida	144.913	147.267	2.354
NDF (balcão - CETIP)	Março-22	Vendida	532.402	541.389	8.987
NDF (balcão - CETIP)	Abril-22	Vendida	247.152	250.541	3.389
NDF (balcão - CETIP)	Maio-22	Vendida	28.498	28.759	261
NDF (balcão - CETIP)	Julho-22	Vendida	29.520	29.941	421
NDF (balcão - CETIP)	Agosto-22	Vendida	2.676	2.709	33
NDF (balcão - CETIP)	Fevereiro-23	Vendida	21.460	21.812	352
NDF (balcão - CETIP)	Março-23	Vendida	62.421	63.259	838
NDF (balcão - CETIP)	Abril-23	Vendida	57.408	58.084	676
NDF (balcão - CETIP)	Setembro-23	Vendida	412	416	4
					<u>(6.852)</u>

Instrumento	Vencimento final	Posição	Valor de referência ("nocional")	"Fair value" em 31/12/2021	Efeito acumulado (pagar) receber em 31/12/2021
"SWAP" (balcão - CETIP)	Janeiro-22	Vendida	35.863	32.462	(3.401)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Fevereiro-25	Vendida	176.071	174.741	(1.330)
"SWAP" (balcão - CETIP)	Janeiro-22	Vendida	11.081	11.309	228
"SWAP" (balcão - CETIP)	Setembro-27	Vendida	368.513	373.545	5.032
					<u>529</u>
Ativo circulante					27.289
Passivo circulante					<u>(33.612)</u>
					<u>(6.323)</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juro no resultado em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros, as quais tem fonte:

- i) CDI: Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.
- ii) TJLP: Bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
- iii) Libor: ICE Benchmark Administration (IBA).
- iv) IPCA: Relatório Focus de 30 de dezembro de 2022, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN

Os cenários consideram, posição em 31 de dezembro de 2022:

- O cenário 1 um aumento/queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 17,06% /taxa de 10,24%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 20,48% /taxa de 6,83%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$2.221.766 e empréstimos e financiamentos de R\$1.182.269.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa LIBOR de 25% (taxa de 2,7612% /taxa de 1,6567%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 3,3134% /taxa de 1,1045%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$623.747.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa TJLP de 25% (taxa de 9,00% /taxa de 5,40%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 10,80% /taxa de 3,60%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$16.595.
- O cenário 1 um aumento/queda na taxa IPCA de 25% (taxa de 7,03% /taxa de 4,22%) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (taxa de 8,43% /taxa de 2,81%) sobre os saldos de empréstimos e financiamentos de R\$1.139.267.

Indicadores	Controladora e Consolidado				
	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
Taxa CDI	13,65%	17,06%	10,24%	20,48%	6,83%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	1.182.269	(40.345)	40.345	(80.690)	80.690
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	2.221.766	75.818	(75.818)	151.636	(151.636)
Taxa LIBOR	2,2090%	2,7612%	1,6512%	3,3134%	1,1045%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	623.747	(3.445)	3.445	(6.889)	6.889
Taxa TJLP	7,20%	9,00%	5,40%	10,80%	3,60%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	16.595	(299)	299	(597)	597
Taxa IPCA	5,62%	7,03%	4,22%	8,43%	2,81%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	1.139.267	(16.007)	16.007	(32.013)	32.013

Seguem as principais premissas da análise:

- Empréstimos concedidos com taxa de juros flutuantes, sem "hedge".
- Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem "hedge".
- Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes, sem "hedge".

e.1) Risco de variação cambial

- a) A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas câmbio e qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários.

O cenário 1 considera uma valorização/desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2022 de R\$5,2177/US\$ (R\$6,5221/ R\$3,9133) e o cenário 2 uma valorização /desvalorização de 50% (R\$7,8266/R\$2,6089).

Indicadores	Controladora e Consolidado – 31/12/2022				
	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
<u>Cotação do dólar</u>	5,2177	6,5221	3,9133	7,8266	2,6089
Depósito em moeda estrangeira (US\$79.988)	417.352	104.338	(104.338)	208.676	(208.676)
Ativos financeiros em moeda estrangeira (US\$380.635)	2.069.982	496.510	(496.510)	993.019	(993.019)
Passivos financeiros em moeda estrangeira (US\$640.144)	3.252.745	(835.020)	835.020	(1.670.041)	1.670.041
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Compra (US\$229.000)	1.210.591	309.627	(290.484)	606.106	(594.378)
Derivativos em moeda estrangeira - NDF Venda (US\$151.404)	844.528	(165.237)	230.588	(359.550)	432.380
Impacto no resultado		<u>(89.782)</u>	<u>174.276</u>	<u>(221.790)</u>	<u>306.348</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui “Ativos não financeiros”, representados principalmente por estoques de soja e derivados, que são atrelados à moeda estrangeira e que possuem características de “hedge natural” para as operações totalizando R\$536.924 equivalentes a US\$102.904 e (R\$344.422 equivalentes a US\$61.719 em 31 de dezembro de 2021).

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” que são denominados em dólares norte-americanos, tipicamente de soja e seus derivados, foi apresentado tanto no ativo quanto no passivo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. Seguem as principais premissas da análise:

- Valor líquido dos ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira.
- Contas a receber e a pagar em moeda estrangeira.
- O valor justo dos instrumentos derivativos de “commodities” denominados em moeda estrangeira.
- O valor justo dos instrumentos derivativos de taxa de câmbio.

e.2) Risco de variações no preço das “commodities”:

Os cenários consideram, posição em 31 de dezembro de 2022:

- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço da soja de 25% (Cotação de R\$9.955,84/R\$5.973,50 por bushel) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$11.947,01/R\$3.982,34 por bushel) sobre os contratos futuros e opções de R\$796.138.
- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço do farelo de soja de 25% (Cotação de R\$3.011,96/R\$1.807,18 por tonelada) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$3.614,36/R\$1.204,79 por tonelada) sobre os contratos futuros e opções de R\$70.892.
- O cenário 1 um aumento/queda na cotação do preço do óleo de soja de 25% (Cotação de R\$417,36/R\$250,42 por tonelada) e o cenário 2 um aumento/queda de 50% (Cotação de R\$500,83/R\$166,94 por tonelada) sobre os contratos futuros e opções de R\$128.430.

Indicadores*****	Cenário atual	Cenário I (+ 25%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (+50%)	Cenário II (-50%)
Cotação soja	7.964,67	9.955,84	5.973,50	11.947,01	3.982,34
Posição comprada	223.849	55.962	(55.962)	111.925	(111.925)
Posição vendida	(1.019.988)	(254.997)	254.997	(509.994)	509.994
Cotação farelo de soja	2.409,57	3.011,96	1.807,18	3.614,36	1.204,79
Posição comprada	382.398	95.600	(95.600)	191.199	(191.199)
Posição vendida	(311.506)	(77.876)	77.876	(155.753)	155.753
Cotação óleo de soja	333,89	417,36	250,42	500,83	166,94
Posição comprada	281.636	70.409	(70.409)	140.818	(140.818)
Posição vendida	(410.066)	(102.517)	102.517	(205.033)	205.033

As análises de sensibilidade dos derivativos de riscos de “commodities” estão apresentadas para fins de representação. Esta análise de sensibilidade não está incluída nos impactos do resultado operacional.

e.3) Risco de concentração de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. A Companhia apresenta valores a receber referente a venda de Biodiesel, conforme descrito na nota explicativa nº 5, cujas garantias estão determinadas nos contratos firmados com as distribuidoras (mercado livre).

e.4) Risco de liquidez

É o risco da Companhia e sua controlada não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área financeira.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de recebimento e vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

		Controladora							
		31/12/2022							
Modalidade	Valor contábil	Juros estimados	Circulante			Não circulante			
			Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	Mais de 1 até 3 anos	Mais de 3 até 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
<u>Passivos</u>									
Empréstimos e financiamentos	4.758.561	779.225	1.236.276	1.330.703	2.566.979	1.070.377	836.001	285.204	2.191.582
Partes relacionadas	208.708	-	-	-	-	73.048	83.483	52.177	208.708
Fornecedores	713.780	-	213.462	498.078	711.540	2.240	-	-	2.240
Passivo de arrendamento	57.596	-	2.652	7.955	10.607	20.040	5.887	21.062	46.989
Ajustes de contratos futuros	1.653.811	-	169.492	1.484.319	1.653.811	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	29.116	-	16.411	12.705	29.116	-	-	-	-
Outras contas a pagar	52.829	-	7.097	38.321	45.418	7.411	-	-	7.411
Total	7.474.401	779.225	1.645.390	3.372.081	5.017.471	1.173.116	925.371	358.443	2.456.930
		Controladora							
		31/12/2021							
Modalidade	Valor contábil	Juros estimados	Circulante			Não circulante			
			Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	Mais de 1 até 3 anos	Mais de 3 até 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
<u>Passivos</u>									
Empréstimos e financiamentos	3.430.747	347.919	1.124.079	956.432	2.080.511	1.000.618	259.708	89.910	1.350.236
Partes relacionadas	851	-	851	-	851	-	-	-	-
Fornecedores	418.870	-	125.661	291.334	416.995	1.875	-	-	1.875
Passivo de arrendamento	36.054	-	2.080	6.240	8.320	9.245	18.489	-	27.734
Ajustes de contratos futuros	1.040.212	-	739.068	301.144	1.040.212	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	33.612	-	22.176	11.436	33.612	-	-	-	-
Outras contas a pagar	53.788	-	10.059	36.472	46.531	7.257	-	-	7.257
Total	5.014.134	347.919	2.023.974	1.603.058	3.627.032	1.018.995	278.197	89.910	1.387.102

		Consolidado							
		31/12/2022							
Modalidade	Valor contábil	Juros estimados	Circulante			Não circulante			
			Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
<u>Passivos</u>									
Empréstimos e financiamentos	5.019.836	828.400	1.243.060	1.340.878	2.583.938	1.163.604	932.372	339.922	2.435.898
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	741.275	-	240.957	498.078	739.035	2.240	-	-	2.240
Passivo de arrendamento	57.596	-	2.652	7.955	10.607	20.040	5.887	21.062	46.989
Ajustes de contratos futuros	1.653.811	-	169.492	1.484.319	1.653.811	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	29.116	-	16.411	12.705	29.116	-	-	-	-
Outras contas a pagar	52.880		7.148	38.321	45.469	7.411	-	-	7.411
Total	<u>7.554.514</u>	<u>828.400</u>	<u>1.679.720</u>	<u>3.382.256</u>	<u>5.061.976</u>	<u>1.193.295</u>	<u>938.259</u>	<u>360.984</u>	<u>2.492.538</u>
		Consolidado							
		31/12/2021							
Modalidade	Valor contábil	Juros estimados	Circulante			Não circulante			
			Menos de 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
<u>Passivos</u>									
Empréstimos e financiamentos	3.721.183	415.136	1.126.799	964.594	2.091.393	1.062.576	368.695	198.519	1.629.790
Partes relacionadas	851	-	851	-	851	-	-	-	-
Fornecedores	439.526	-	146.317	291.334	437.651	1.875	-	-	1.875
Passivo de arrendamento	36.054	-	2.080	6.240	8.320	9.245	18.489	-	27.734
Ajustes de contratos futuros	1.050.419	-	744.860	305.559	1.050.419	-	-	-	-
Contratos de “forward” e “swap” a pagar	33.612	-	22.176	11.436	33.612	-	-	-	-
Outras contas a pagar	53.792	-	10.063	36.472	46.535	7.257	-	-	7.257
Total	<u>5.335.437</u>	<u>415.136</u>	<u>2.053.146</u>	<u>1.615.635</u>	<u>3.668.781</u>	<u>1.080.953</u>	<u>387.184</u>	<u>198.519</u>	<u>1.666.656</u>

As contas de recebíveis, fornecedores e outras contas a receber e a pagar não contemplam juros a serem atualizados na data dos respectivos vencimentos, já as parcelas de empréstimos e financiamentos estão apresentadas com as respectivas atualizações monetárias futuras totalizando R\$779.225 e R\$828.400, controladora e consolidado respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 (R\$347.919 e R\$415.136, respectivamente em 31 de dezembro de 2021), de juros estimados conforme os contratos.

Ademais, os valores registrados contabilmente referentes ao ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado aproximam-se razoavelmente do seu valor justo.

e.5) Gestão de riscos de créditos - política de crédito perante os produtores rurais

Ao objetivar a garantia da entrega de matérias-primas e a continuidade das parcerias, a Companhia fornece recursos em espécie, sementes e insumos a produtores rurais.

O critério utilizado é o de seleção de produtores rurais por meio de itens que os classificam quanto à pontualidade das entregas das matérias-primas, tempo de relacionamento comercial, endividamento com patrimônio e percentuais de crédito que não ultrapassam 30% de sua previsão de colheita. O acompanhamento da lavoura é feito desde o plantio até a colheita por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas da Companhia.

O risco de crédito é reduzido em virtude da diversificação da carteira de produtores e dos procedimentos que monitoram esse risco.

22. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

Básico e diluído	2022	2021
Resultado do exercício antes dos juros sobre capital próprio	348.744	353.867
Número de ações durante os exercícios (milhares)	24.444	24.444
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	14,27	14,48

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é idêntica à quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, por não haver potenciais ações diluídas no período. Adicionalmente, a Companhia não possui outro instrumento conversível em ações que possua impacto diluidor das ações existentes.

23. COMPROMISSOS

a) Compra de grãos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía compromissos de compra de soja em grãos, correspondentes a 369.457 toneladas com preço prefixado (contratos de garantia de preço) equivalentes a R\$1.046.930 para as safras 2022/2023, 2021/2022 e 2020/2021. Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía compromissos de compra de soja em grãos, correspondentes a 677.192 toneladas com preço prefixado (contratos de garantia de preço) equivalentes a R\$1.744.578 para as safras 2021/2022 e 2022/2023. Esses compromissos foram valorizados pela cotação média firmada para a respectiva safra.

b) De vendas

Biodiesel

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha celebrado contratos para o fornecimento de aproximadamente 62.973 m³ de biodiesel em janeiro e fevereiro de 2023, vendidos por meio de comercialização/negociação livre direto com os distribuidores, para retirada na unidade de São Simão - GO, Ipameri - GO e Sorriso-MT. O valor contratual a entregar desse fornecimento de biodiesel é variável, mas, de acordo com as estimativas da Administração o montante aproximado será de R\$358.000.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha saldo remanescente de contratos celebrados para o fornecimento de biodiesel para o início de 2022, devido ao novo modelo de comercialização/negociação livre direto com os distribuidores o qual foi iniciado esta nova modalidade em janeiro de 2022, e não mais vendidos por meio de leilão eletrônico administrado pela Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Outros compromissos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha firmado os seguintes compromissos de venda para o mercado externo:

Produto	Volume/t	Embarque
Milho em Grãos	51.660	Janeiro a Dezembro de 2023
Farelo Hipro	100.474	Janeiro a Março de 2023
Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja)	38.003	Janeiro a Maio de 2023
Lecitina “non-GMO”	3.537	Janeiro/23 a Fevereiro/2024
Glicerina	948	Janeiro e Fevereiro/2023

Desses compromissos, foram fixados os preços finais de venda do produto Milho em Grãos no valor de US\$15.246, de Farelo Hipro no valor de US\$22.950 mil, referente a 40.474 toneladas, de Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja) no valor de US\$21.069 mil, referente a 19.603 toneladas, de Lecitina “non-GMO”, no valor de US\$16.991 mil e de Glicerina no valor de US\$464, que totalizarão US\$76.720 mil. Os preços finais de venda do saldo de 60.000 toneladas do produto Farelo Hipro e 18.400 toneladas do produto SPC., referente a CBOT serão fixados, que totalizarão aproximadamente US\$53.554 mil. O valor justo destes instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 é de perda de R\$6.792.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha firmado os seguintes compromissos de venda para o mercado externo:

Produto	Volume/t	Embarque
Milho em Grãos	94.037	Janeiro a Novembro de 2022
Farelo Hipro	386.300	Janeiro a Setembro de 2022
Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja)	61.849	Janeiro/2022 a Março de 2023
Lecitina “non-GMO”	3.514	Janeiro/2022 a Fevereiro/2023
Glicerina	1.471	Janeiro e Fevereiro de 2022

Desses compromissos, foram fixados os preços finais de venda do produto Milho em Grãos no valor de US\$14.414, referente a 57.437 toneladas, de Farelo Hipro no valor de US\$31.355 mil, referente a 71.300 toneladas, de Farelo SPC (Proteína Concentrada de Soja) no valor de US\$25.637 mil, referente a 21.849 toneladas, de Lecitina "non-GMO", no valor de US\$7.585 mil, e de Glicerina no valor de US\$2.084, que totalizarão US\$81.075 mil. Os preços finais de venda do saldo de 36.600 toneladas do produto Milho em Grãos, 315.000 toneladas de Farelo Hipro e de 40.000 toneladas do produto Farelo SPC, referente a CBOT serão fixados, que totalizarão aproximadamente US\$209.432 mil. O valor justo destes instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 é de perda de R\$18.166.

A Companhia reúne todas as qualificações técnicas requeridas para o cumprimento de todas as cláusulas contratuais e em sintonia com a programação para produção dos itens e entregá-los nos respectivos períodos compromissados.

c) Contratos de construção

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possuía compromissos futuros relacionados a construções no montante total de R\$67.167, referentes a: (i) contratos com empresas para a construção de uma planta de produção de álcool e lecitina na unidade de Sorriso, no Estado do Mato Grosso, no montante de R\$2.476. O cronograma prevê a conclusão das obras para março de 2023, ii) contratos com empresas para a construção da planta de produção de SPC GMO na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás, no montante de R\$48.799. O cronograma prevê a conclusão das obras para julho de 2023, iii) contratos com empresas para a construção de investimento no Terminal Ferroviário na unidade de São Simão, no Estado de Goiás, no montante de R\$112. O cronograma prevê a conclusão das obras para abril de 2023 e iv) contratos com empresas para a construção de uma planta de Armazém Graneleiro na unidade de Sorriso, no Estado do Mato Grosso, no montante de R\$15.780. O cronograma prevê a conclusão das obras para abril de 2023.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía compromissos futuros relacionados a construções no montante total de R\$11.033, referentes a: i) contratos com empresas para a construção de uma planta de produção de álcool e lecitina na unidade de Sorriso, no Estado do Mato Grosso, no montante de R\$2.569. O cronograma prevê a conclusão das obras para abril de 2022, ii) contratos com empresas para a construção da planta de produção de SPC GMO na unidade de Itumbiara, no Estado de Goiás, no montante de R\$7.138. O cronograma prevê a conclusão das obras para maio de 2023 e iii) contratos com empresas para a construção de investimento no Terminal Ferroviário na unidade de São Simão, no Estado de Goiás, no montante de R\$1.326. O cronograma prevê a conclusão das obras para abril de 2022.

d) Contrato de Financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP

A Caramuru assinou instrumento contratual nº. 09.17.0007.00 em 6 de março de 2017 com a Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para implementar o Plano Estratégico de Inovação nº 005/16, referente à "Inovação Disruptiva do Processo de Obtenção de Concentrado Protéico (SPC), para Produção Simultânea de SPC, Lecitina e Etanol de Soja".

O valor total previsto para a execução do Plano Estratégico de Inovação-PEI é de R\$115.257, e a A FINEP concedeu R\$69.154, a título de "Financiamento Reembolsável", correspondente a 60% dos dispêndios previstos. Já a contrapartida da Companhia será de 40% correspondente a R\$46.103, do total de dispêndios previstos para a elaboração e execução do plano.

Em 18 de julho de 2017, a FINEP depositou o valor de R\$40.594, correspondente à liberação da 1ª parcela para a execução do Plano Estratégico de Inovação-PEI. O saldo remanescente no valor de R\$28.560, será liberado em parcelas subsequentes, após a comprovação dos dispêndios realizados com o plano. A Companhia tem o compromisso de informar os itens de dispêndios utilizados nos termos do instrumento contratual, no decorrer do exercício.

O contrato firmado junto a FINEP em abril/2017 previa um prazo de 24 meses para a realização do PEI - Plano Estratégico de Inovação. No entanto, tiveram atrasos de ordem técnica, que foram prontamente justificados e acatados pela FINEP, que prorrogou a execução do projeto. Até o momento foram submetidos três RTA's - Relatório Técnico de Acompanhamento para a FINEP.

Adicionalmente, a pandemia da COVID-19 ocasionou diversos atrasos na obra justamente nos meses de março e abril de 2020, período que se intensificaria as contratações e a maioria das montagens nas plantas.

O projeto foi concluído em agosto de 2021, iniciado a produção de Lecitina no final do mês e a produção de Etanol de soja (aguardando licença de operação pela ANP) e após será submetido o quarto e último RTA-Relatório Técnico de Acompanhamento para a FINEP, o qual irá contemplar os dispêndios de 2 ou 3 meses de produção pioneira. Após a aprovação do 4º RTA, a FINEP deverá efetuar o desembolso do saldo remanescente do financiamento no valor de R\$28.560.

e) Compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha celebrado quatro contratos com empresas fornecedoras de energia, para fornecimento de aproximadamente 208.320 MWh, sendo: saldo remanescente de 192.348 MWh, para o período de janeiro de 2023 a dezembro de 2026 e 15.972 MWh para o período de janeiro de 2023 a dezembro de 2025, ao preço aproximado de R\$25.193 e R\$3.036, respectivamente. Custo total estimado saldo remanescente será de aproximadamente R\$28.229.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou quatro contratos com empresas fornecedoras de energia, para fornecimento de aproximadamente 261.223 MWh, sendo: saldo remanescente de 240.023 MWh, para o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2026, ao preço aproximado de R\$33.521 e 21.199 MWh para o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2025, ao preço aproximado de R\$4.150. Custo total estimado será de aproximadamente R\$37.671.

24. PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu obrigações relacionadas a participação dos funcionários nos resultados no valor bruto de R\$41.200 (R\$37.117 em 31 de dezembro de 2021).

25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022 todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estavam cobertos por seguros. A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em reais, é como segue:

Classificação	Risco assegurado	Valor limite envolvido	Vencimento final
Patrimonial	Frota de veículos	R\$10.590	Abril e agosto/2023
Patrimonial (riscos nomeados)	Prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, mercadorias e matérias-primas	R\$2.699.224	Fevereiro/2024
Lucros cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	R\$450.000	Fevereiro/2024
Responsabilidade civil geral	Riscos operacionais diversos	R\$30.000	Novembro/2023
Seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais	Por colaborador da Companhia	R\$4.233	Julho/2024
Seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais	Alta direção	R\$730	Abril/2023
Transporte nacional	Transporte de máquinas e equipamentos	R\$4.000	Março/2024
Transporte internacional exportação	Transporte de produtos diversos	US\$30.000	Março/2024
Transporte internacional importação	Transporte de produtos diversos	US\$1.000	Março/2024
Transporte rodoviário de carga - RCTR-C	Transporte de produtos diversos	R\$120	Outubro/2023
Seguro garantia	Garantia judicial	R\$20.838	Fevereiro/2024
Seguro garantia	Garantia judicial (Mandato Segurança)	R\$75.020	Setembro/2023
Seguro garantia	Garantia de contrato ANTAQ - Itaituba	R\$316	Dezembro/2022
Segura garantia	Garantia judicial ANTAQ	R\$157	Março/2024
Seguro garantia	Garantia de contrato ANTAQ - Nova Roseira/São Simão	R\$76	Março/2027
Responsabilidade civil	Danos corporais e/ou materiais causados a passageiros	R\$2.600	Março/2024
Seguro P&I	Responsabilidade civil de embarcações	US\$500.000	Julho/2023
Seguro D&O	Responsabilidade civil de administradores	R\$70.000	Março/2024
Seguro Operador Portuário	Responsabilidade civil unidade de Santana-AP	R\$20.000	Setembro/2023
Seguro garantia	Seguro garantia judicial - unidade Piracanjuba	R\$503	Agosto/2025
Seguro garantia	Garantia de contrato de energia - COPEL	R\$78	Dezembro/2023
Seguro garantia	Garantia de execução contrato ANTAQ - (Porto Santana-AP)	R\$13.081	Fevereiro/2024
Seguro Cárteres Liability	Responsabilidade civil Afretador	US\$100.000	Setembro/2023
Seguro garantia	Garantia execução fiscal	R\$2.071	Abril/2026
Seguro garantia	Obras civis, instalação e montagem Armazém (Sorriso-MT)	R\$73.705	Dezembro/2023
Seguro garantia	Obras civis, instalação e montagem plantio SPC (Itumbiara-GO)	R\$80.000	Agosto/2024
Seguro RC Obras	Responsabilidade civil, obra Planta SPC (Itumbiara-GO)	R\$10.000	Agosto/2023
Seguro garantia	Garantia de fiança locatícia	R\$99	Novembro/2027

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA E BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Até o mês de setembro de 2010, a Companhia e suas controladas contribuíam como patrocinadores e seus funcionários, quando optado, também contribuíam para um plano de aposentadoria de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., denominado Plano Caramuru-Prev., cujas reservas eram atualizadas financeiramente e não por meio de cálculos atuariais.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia, visando possibilitar a participação integral de seus funcionários, celebrou novo contrato de previdência complementar, sendo facultadas aos atuais participantes do antigo Plano de Aposentadoria Caramuru-Prev. a adesão e a portabilidade das suas reservas para o novo plano denominado Renda Total Empresarial PGBL Caramuru.

O atual plano tem as seguintes características básicas:

- a) Benefícios: aposentadoria por sobrevivência, pensão ao cônjuge ou companheiro(a), pecúlio por morte e pecúlio por invalidez.
- b) O benefício-alvo de aposentadoria por sobrevivência no plano contratado na modalidade de benefício definido será o resultado da transformação em renda do montante de reserva acumulada durante o período de contribuição ao plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a contribuição da Companhia totalizou aproximadamente R\$2.416 (R\$1.978 em 2021). A contribuição da Companhia está condicionada ao percentual custeado pelo empregado, ou seja, a Companhia contribui exatamente com o mesmo percentual aplicado pelo empregado.

Conforme disposto no contrato firmado entre a Companhia e a BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., o único benefício estruturado na modalidade de benefício definido, cujo ônus pertence à patrocinadora do plano (Companhia), é o benefício mínimo oferecido aos participantes do Grupo 2, conforme definido no parágrafo 2º da cláusula 4ª do referido contrato, que trata que o pagamento será feito em uma única vez e é equivalente a 5 vezes o salário do participante na data do último recálculo. Ademais, para ser elegível o participante deverá atender concomitantemente as seguintes características:

- a) No mínimo 55 anos de idade.
- b) No máximo 80 anos de idade.
- c) 10 anos de vínculo com a Companhia.
- d) Perder o vínculo com a Companhia.

A provisão referente a este benefício é reconhecida mensalmente, para aqueles funcionários que já possuem o direito adquirido, sendo seu saldo, em 31 de dezembro de 2022, de R\$5.928 (R\$5.282 em 2021).

As movimentações no valor presente da provisão com os benefícios definidos são como segue:

	Valor presente das obrigações atuariais	Ganhos (perdas) atuariais	Passivo líquido total
Valor no final do exercício – 2020	5.418	(115)	5.303
Custo do serviço corrente da empresa, com juros	380	-	380
Custo dos juros	325	-	325
Ganhos ou perdas atuariais (1)		(664)	(664)
Rendimento do plano	-	(62)	(62)
Valor no final do exercício – 2021	6.123	(841)	5.282
Custo do serviço corrente da empresa, com juros	339	-	339
Custo dos juros	386	-	386
Ganhos ou perdas atuariais (1)	-	676	676
Benefício pago diretamente pela Companhia	-	(755)	-
Valor no final do exercício – 2022	6.848	(920)	5.928

(1) Ganho ou perda atuarial acumulado contabilizado pela Companhia em Ajuste de avaliação patrimonial conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 33 (R1). O resultado atuarial é apurado quando do encerramento do exercício.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

<u>Hipóteses financeiras</u>	<u>2022 %</u>
Taxa de desconto atuarial – real	10,35
Taxa de crescimento salarial – nominal	7,13
Inflação projetada	4,01
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios avaliados	4,01

<u>Hipóteses financeiras</u>	<u>2021 %</u>
Taxa de desconto atuarial – real	8,75
Taxa de crescimento salarial – nominal	6,30
Inflação projetada	3,40
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios avaliados	3,40

<u>Hipóteses biométricas</u>	<u>2022</u>
Tábua de mortalidade segregada por sexo	AT2000
Tábua de entrada em invalidez	“Mercer Disability” 0 a 10 SM = 0,45/ (TS+1) 10 a 20 SM = 0,30/ (CT+1); e Acima de 20 SM = 0,15/ (TS+1)
Rotatividade	

Hipóteses biométricas

2021

Tábua de mortalidade segregada por sexo

AT2000

Tábua de entrada em invalidez

“Mercer Disability”

0 a 10 SM = 0,45/ (TS+1)

Rotatividade

10 a 20 SM = 0,30/ (CT+1); e

Acima de 20 SM = 0,15/ (TS+1)

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a. Composição das transações que não envolvem caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Juros capitalizados	10.977	4.767	10.977	4.767
Aquisição de ativo imobilizado à prazo	24.824	7.347	24.824	7.347
Compensação de impostos (IR/CS Corrente)	36.032	37.206	36.032	37.206
Total	<u>71.833</u>	<u>49.320</u>	<u>71.833</u>	<u>49.320</u>

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Administração:

a) Decisão do STF - Temas 881 e 885 de repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023

Em 13 de fevereiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM divulgou OFÍCIO CIRCULAR Nº1/2023/CVM/SNC/SEP que trouxe a orientação sobre aspectos relevantes a serem observados na preparação e publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 em relação a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF de 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

A decisão do STF que estipulou a perda de efeitos de uma sentença definitiva, transitada em julgado, sem possibilidade de recurso é válida apenas para tributos recolhidos de maneira continuada e diante disso, as áreas técnicas da CVM entendem que devem ser observadas os pronunciamentos técnicos do CPC 24 e 25, quando da elaboração das demonstrações financeiras.

Neste contexto, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a decisão firmada pelo STF não traz nenhum impacto no conjunto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2022.

b) Ressarcimento em caixa de créditos tributários:

Em fevereiro de 2023, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil o montante de R\$10.775, oriundos de parte de pedidos de ressarcimento, sendo:

Natureza dos depósitos ocorridos	Montante
Ressarcimento de crédito presumido de PIS/COFINS sobre as vendas de farelo, óleo, biodiesel e lecitina referente ao período 4º. Trimestre de 2019.	3.233
Ressarcimento de saldo negativo referente a antecipação a maior de IRPJ/CSLL, ano base de 2012.	7.542
Total	10.775

c) Foram celebrados pela Companhia os seguintes contratos de empréstimos para financiamento de capital de giro em reais, no montante de R\$103.415, sendo:

- ACC - Adiantamento Contrato de Câmbio: captações junto aos Bancos Citibank e Bradesco, em março de 2023, no montante de R\$103.415.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2023 e autorizadas para publicação em 15 de março de 2023.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório do Auditor

Em cumprimento aos incisos I e II do §1º do artigo 29 da Instrução CVM nº480/09, os abaixo assinados, Diretores da CARAMURU ALIMENTOS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, na Via Expressa Júlio Borges de Souza, nº 4240, Nossa Senhora da Saúde, CEP 75520-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.080.671/0001- 00, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE 52.300.010.624 ('Companhia') declaram que:

- (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente sobre a revisão dessas informações financeiras.
- (ii) (ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre a revisão das informações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente sobre a revisão dessas informações financeiras.

Itumbiara-GO, 15 de março de 2023.

Caramuru Alimentos S.A.

Júlio César da Costa
Diretor Presidente
CPF: 216.203.261-91

Silvia Maria Andrade de Faria Nascimento
Diretora de Controladoria
CPF: 997.148.098-00

Marcus Erich Thieme
Diretor de Relações com Investidores
CPF: 104.389.548-58